

F. THOMÆ CAMPANELLÆ

*Appendix Politica*

CIVITAS  
SOLIS



I D E A  
REIPUBLICÆ PHILO.  
SOPHICÆ.

FRANCOFVRTI

Typis Egenolphii Emmelli, Impensis vero Godofredi  
Tambachii, Anno Salutis

M. DC. XXIII

Ridendo Castigat Mores

A Cidade do Sol (1602)  
Tommaso Campanella (1568-1639)

Edição  
Ridendo Castigat Mores

Versão para eBook  
eBooksBrasil.com

Fonte Digital  
[www.jahr.org](http://www.jahr.org)

“Todas as obras são de acesso gratuito. Estudei sempre por conta do Estado, ou melhor, da Sociedade que paga impostos; tenho a obrigação de retribuir ao menos uma gota do que ela me proporcionou.” — Néelson Jahr Garcia (1947-2002)

Copyleft:  
Ridendo Castigat Mores

# **A CIDADE DO SOL**



**Tommaso  
Campanella**

# ÍNDICE

NOTÍCIA BIOGRÁFICA —	5
INTERLOCUTORES —	7
QUESTÕES SOBRE A ÓTIMA REPÚBLICA	
—ARTIGO PRIMEIRO —	93
—ARTIGO SEGUNDO —	105
—ARTIGO TERCEIRO —	119
NOTAS —	138

# NOTÍCIA BIOGRÁFICA

Tommaso Campanella nasceu em Stilo, no dia 5 de Setembro de 1568. Ainda muito jovem, já se revelava em seu espírito o pendor para a filosofia. Seu pai, contrariando-lhe a vocação, quis fazer dele um jurista, ao que Campanella se opôs tenazmente. Sua primeira obra foi a *Philosophia Sensibus Demonstrata*<sup>(1)</sup>, que lhe valeu a acusação de heresia. Tendo deixado o convento em que iniciara os estudos, empreendeu uma viagem pela Itália, através da qual ficou conhecendo os homens mais ilustres do seu tempo.

Voltando a Stilo e sempre preocupado em operar uma reforma que servisse para enfraquecer o domínio da autoridade, Campanella iniciou sua atividade política tentando organizar uma conspiração contra o despotismo espanhol. Isso o levou ao cárcere, onde permaneceu vinte e sete anos. Libertado em 1626, seguiu para Roma, onde foi bem recebido pelo papa Urbano VIII. Logo, porém, tornou-se alvo de novos ataques e, perseguido, foi obrigado a fugir para a França. Morreu em Paris, em 1639.

Mártir do livre pensamento, Campanella ocupa, também como filósofo, um lugar importante entre os grandes homens de sua época. Suas obras, quer o *Prodromus Philosophiae Instaurandae*<sup>(2)</sup>, quer os *Dogmata Universalis Philosophiae*<sup>(3)</sup>, quer a *Realis Philosophiae Partes Quatuor*<sup>(4)</sup>, oferecem aspectos doutrinários que, embora discutíveis, não deixam de ser extremamente interessantes.

A Cidade do Sol é a mais popular das obras de Campanella. Essencialmente idealista, está no mesmo plano da *Utopia*, de Thomas More<sup>(5)</sup>, e da *República*, de Platão<sup>(6)</sup>. Sem entrar na apreciação do sistema proposto por Campanella, é forçoso reconhecer em *A Cidade do Sol* uma das obras-primas da literatura universal.

## INTERLOCUTORES

O Grão-Mestre dos Hospitalários<sup>(7)</sup> é um Almirante genovês, seu hóspede.

Grão-mestre — Vamos, peço-lhe, conte finalmente o que lhe aconteceu durante essa viagem.

Almirante — Já lhe disse como fiz a volta da terra e, por fim, perto da Taprobana<sup>(8)</sup>, como fui estrangido a desembarcar e, com receio dos habitantes, a embrenhar-me numa floresta, de onde só sai, depois de muito tempo, para alcançar uma extensa planície sob a linha do equador.

G. M. — E que lhe sucedeu, então?

ALM. — Subitamente, encontramos um numeroso grupo de homens e mulheres, todos armados, alguns conhecendo nossa língua, que logo nos fizeram companhia e nos levaram à Cidade do Sol.

G. M. — Pode dizer-me como é construída essa cidade e qual a sua forma de governo?

ALM. — A maior parte da cidade está situada sobre uma alta colina que se eleva no meio de vastíssima planície. Mas, as suas múltiplas circunferências se estendem num longo trecho, além das faldas do morro, de forma que o diâmetro da cidade ocupa mais de duas milhas, por sete do recinto total. Mas, achando-se sobre uma elevação, apresenta ela uma capacidade bem maior do que se estivesse situada numa planície ininterrompida. Divide-se em sete círculos e recintos particularmente designados com os nomes dos sete planetas. Cada círculo se comunica com o outro por quatro diferentes caminhos, que terminam por quatro portas, voltadas todas para os quatro pontos cardeais da terra. A cidade foi construída de tal forma que, se alguém, em combate, ganhasse o primeiro recinto, precisaria do dobro das forças para superar o segundo, do triplo para o terceiro, e, assim, num contínuo multiplicar de esforços e de trabalhos, para transpor os seguintes. Por essa razão, quem se propusesse expugná-la precisaria recomeçar sete vezes a empresa. Considero, porém, humanamente impossível conquistar apenas o primeiro recinto, de tal maneira é ele extenso, munido de terraplenos e guarnecido de defesas de toda sorte, torres, fossas e máquinas guerreiras. Assim é que, tendo eu entrado pela porta que dá para o setentrião (toda coberta de ferro e fabricada de modo que pode ser levantada



e abaixada, fechando-se com toda a facilidade e com plena segurança, graças à arte maravilhosa com que as suas engrenagens se adaptam às aberturas dos possantes umbrais), o que primeiro me despertou a atenção foi o intervalo formado por uma planície de setenta passos de extensão e situada entre a primeira e a segunda muralhas. Distinguem-se, daí, os grandiosos palácios que, de tão unidos uns aos outros, ao longo da muralha do segundo círculo, parecem mais um só edifício. A meia altura desses palácios, vêem-se surgir, de fora para dentro do círculo, várias arcadas com galerias superiores, sustentadas por elegantes colunas e circundando quase toda a parte inferior do pórtico, à maneira dos peristilos ou dos claustros religiosos. Em baixo, além disso, só estão encravados na parte côncava das muralhas, e é caminhando no plano que se penetra nos compartimentos inferiores, ao passo que, para alcançar os superiores, devem subir-se umas escadas de mármore que conduzem às galerias internas, chegando-se então às partes mais altas e mais belas dos edifícios, as quais recebem luz pelas janelas existentes tanto na parte côncava como na convexa das muralhas, estupendas por sua sutileza. Cada muralha convexa, isto é, a sua parte externa, tem uma espessura de cerca de oito palmos, por três somente da parte côncava, ou seja a sua parte interna, enquanto os tabiques têm apenas um, ou

pouco mais. Atravessada a primeira planície, chega-se à segunda, mais estreita uns três passos, e aí se descobre a primeira muralha do segundo círculo, igualmente guarnecido de palácios que, como os do primeiro círculo, possuem galerias em baixo e em cima, havendo na parte interior outra muralha interna que circunda os palácios e tem em baixo sacadas e peristilos sustentados por colunas, sendo que em cima, onde se acham as portas das casas superiores, apresenta preciosas pinturas. E assim, por esses círculos e duplas muralhas que cercam os palácios, ornados de galerias sustentadas por colunas, chega-se à última parte da cidade, sempre caminhando no plano. Só quando se entra pelas portas duplas dos vários circuitos, uma na muralha interna e a outra na externa, é que se sobem uns degraus de tal forma construídos que mal se sente a subida, pois estão colocados obliquamente e muito pouco mais elevados uns do que os outros. No cimo do monte, encontra-se, então, uma espaçosa planície, em cujo centro se ergue um templo de maravilhosa construção.

G. M. — Continue, vamos, suplico-lhe, continue.

ALM. — O templo é todo redondo e não está encerrado entre as muralhas, mas apoiado em maciças e elegantes colunas. A abóbada

principal, obra admirável, ocupando o centro ou o pólo do templo, compreende uma outra, mais elevada e de menores dimensões, que apresenta no meio uma abertura, diretamente voltada para cima do único altar, situado no meio do templo e todo cercado de colunas. A capacidade do templo é para mais de trezentos e cinqüenta passos. Por fora dos capitéis das colunas e apoiando-se nestas, erguem-se outras arcadas de cerca de oito passos de extensão, sustentadas externamente por outras colunas, às quais adere, em baixo, uma grossa muralha de três passos de altura. Dessa forma, as colunas do templo, e as que sustentam a arcada externa formam, no seu intervalo, as galerias inferiores, de magnífico pavimento. Interiormente, a pequena muralha é freqüentemente interrompida por portas e, de espaço a espaço, se vêem bancos fixos, além dos numerosos e elegantes bancos portáteis que se encontram entre as colunas internas que sustentam o templo. Em cima do altar, há dois globos: no maior está pintado todo o céu, e no menor a terra. Na área da abóbada principal, estão pintadas as estrelas celestes, da primeira à sexta grandeza, todas assinaladas com seus nomes, seguidos de três versículos que revelam a influência que cada estrela exerce sobre as vicissitudes terrenas. Os pólos e os círculos maiores e menores, segundo o seu aproximado horizonte, acham-se indicados, mas não

acabados no templo; de vez que em baixo não há muralha; parecem, contudo, existir em sua inteireza, dada a relação com os globos colocados em cima do altar. O pavimento é ornado de pedras preciosas, e sete lâmpadas de ouro, cada qual com o nome de um dos sete planetas, ardem continuamente. A pequena abóbada do vértice do templo é circundada por celas estreitas, mas elegantes e, depois do espaço plano existente sobre as arcadas das colunas internas e externas, há outras celas espaçosas e bem mobiladas, habitadas por quarenta e nove sacerdotes e religiosos. Uma bandeira móvel, indicando a direção dos ventos (dos quais eles distinguem até ao número de trinta e seis), eleva-se acima do ponto extremo da abóbada menor, e assim conhecem a estação que trarão os ventos, as mudanças que se verificarão na terra e no mar, mas unicamente sob o clima próprio. Sob a mesma bandeira, observa-se um quadrante escrito com letras de ouro.

G. M. — Homem generoso, explique-me o modo por que se rege essa gente. Eu esperava, impaciente, por esse ponto.

ALM. — O supremo regedor da cidade é um sacerdote que, na linguagem dos habitantes, tem o nome de Hoh. Nós o chamaremos de Metafisico. Sua autoridade é absoluta, estando-lhe submetidos o temporal e o espiritual. Depois do

seu juízo, deve cessar qualquer controvérsia. É incessantemente assistido por três chefes, chamados Pon, Sin e Mor, nomes que, entre nós, eqüivalem a Potência, Sapiência e Amor.

A Sapiência tem o governo de tudo o que se relaciona com a paz e a guerra, como de tudo o que se relaciona com a arte militar. Esse triúnviro não reconhece superiores na administração militar, exceto Hoh. Preside aos magistrados militares, ao exército, competindo-lhe vigiar as munições, as fortificações, as construções, em suma, tudo quanto diz respeito a tal gênero de coisas.

À Sapiência compete a direção das artes liberais, mecânicas, e de todas as ciências, bem como a dos respectivos magistrados, dos doutores e das escolas de instrução. Obedecem-lhe, pois, tantos magistrados quantas são as ciências. Há um magistrado que se chama Astrólogo, outros Cosmógrafo, Aritmético, Geômetra, Historiógrafo, Poeta, Lógico, Retórico, Gramático, Médico, Fisiólogo, Político, Moralista, havendo para eles um único livro chamado Saber, no qual, com maravilhosa concisão e clareza, estão inscritas todas as ciências. Esse livro é por eles lido ao povo segundo o método dos pitagóricos.

A Sapiência, além disso, com ordem admirável, fez adornar as muralhas externas e

internas, superiores e inferiores, com preciosíssimas pinturas representando todas as ciências. Nas muralhas externas do templo e nas cortinas, que se abaixam quando o sacerdote faz o sermão, para que a voz não se disperse, vêem-se pintadas as estrelas com suas virtudes, grandezas e movimentos, tudo explicado em três versículos especiais.

Na parede interna do primeiro círculo, foram pintadas todas as figuras matemáticas, muito mais numerosas do que as descobertas por Arquimedes<sup>(9)</sup> e Euclides<sup>(10)</sup> e tão grandes quanto o permitem as proporções das paredes. Um breve conceito, contido num verso, faz conhecer o significado de cada uma, com definições, proposições, etc.

Na parede externa do mesmo círculo, descobrem-se, primeiro, uma completa e extensa descrição de toda a terra e, em seguida, as cartas particulares das províncias, cujas cerimônias, costumes, leis, origens e forças dos habitantes vêm brevemente esclarecidos. Os alfabetos das diversas nações aparecem, igualmente, ao lado do alfabeto da Cidade do Sol.

No interior do segundo círculo, ou seja das segundas casas, estão todos os gêneros de pedras preciosas e comuns, de minerais e metais, não só representados por gravuras, mas também

existindo em pedaços verdadeiros, cada qual com explicações especiais em dois versos. Na parte externa desse círculo, aparecem indicados todos os mares, rios, lagoa e fontes da terra, assim como os vinhos, óleos e licores, com a sua procedência, qualidade e propriedades. Em cima das arcadas, há vários frascos ligados à muralha, cheios de diferentes líquidos, existentes de cem a trezentos anos, que servem como remédios para diversas enfermidades. Além disso, figuras especiais e versículos dão instruções sobre o granizo, a neve, os trovões e tudo quanto se forma na atmosfera. Os cidadãos solares conhecem também a arte pela qual se podem reproduzir, dentro de uma habitação, todos os fenômenos meteorológicos, os ventos, as chuvas, o trovão, o arco-íris, etc.

No interior do terceiro círculo, encontram-se as gravuras de todos os gêneros de plantas e ervas, algumas das quais vivem dentro de vasos colocados sobre as arcadas da parede externa. As declarações que lhes vão anexas ensinam o lugar da primeira descoberta, as suas forças, propriedades e relações com as coisas celestes, com as diferentes partes do organismo humano, com as produções metálicas e marinhas, e também o uso particular de cada uma em medicina, etc. Na parte externa, vêem-se os peixes de cada espécie, de rios, lagoa e mares, os seus hábitos, qualidades, modos de geração, de

vida e de criação, o uso a que o mundo e nós lhe fazemos servir, enfim, as suas relações com as coisas celestes e terrestres, produzidas pela natureza e pela arte. Assim é que não foi passageira a minha maravilha ao descobrir os peixes Bispo, Cadeia, Couraça, Prego, Estrela e outros, imagens perfeitas de coisas existentes entre nós. Vêm-se ainda ouriços, conchas, ostras, etc. Finalmente, nesse círculo, uma pintura e uma inscrição verdadeiramente admiráveis instruem sobre tudo quanto o mundo áqueo encerra digno de atenção.

No interior do quarto círculo, estão representadas todas as espécies de pássaros, suas qualidades, grandezas, índoles, costumes, cores e vida, e o que causa maior admiração é descobrir, entre eles, a verdadeira Fênix<sup>(11)</sup>. A parte externa apresenta todos os gêneros de animais, répteis, serpentes, dragões, vermes, insetos, moscas, mosquitos, tavões, escaravelhos, etc., com suas particulares propriedades, distinções e usos, e numa abundância apenas acreditável.

No interior do quinto círculo, aparecem todos os gêneros de animais terrestres mais perfeitos, num número portentoso. Não conhecemos senão a milésima parte deles; sendo muito grandes, não poucos foram pintados na parte externa do mesmo círculo. E, agora, quantas coisas poderia



eu contar! quantas espécies de cavalos! quanta beleza de figuras!

No interior do sexto círculo, encontram-se pintadas todas as artes mecânicas e os seus instrumentos, e como as usam as diversas nações, cada uma ordenada e explicada segundo o próprio valor, e trazendo também o nome do inventor respectivo. Na parte externa, estão representados todos os homens mais eminentes nas ciências, nas armas e na legislação. Vi Moisés<sup>(12)</sup>, Osiris<sup>(13)</sup>, Júpiter<sup>(14)</sup>, Mercúrio<sup>(15)</sup>, Licurgo<sup>(16)</sup>, Pompílio<sup>(17)</sup>, Pitágoras<sup>(18)</sup>, Zamolhim, Sólon<sup>(19)</sup>, Caronda<sup>(20)</sup>, Foroneu<sup>(21)</sup> e muitíssimos outros. Quem mais? O próprio Maomé<sup>(22)</sup> foi representado, embora o repute um legislador falaz e desonesto. Vi a imagem de Jesus Cristo colocada num lugar eminentíssimo, juntamente com as dos doze apóstolos, por eles altamente venerados e julgados superiores aos homens. Debaixo dos pórticos externos, vi representados César<sup>(23)</sup>, Alexandre<sup>(24)</sup>, Pirro<sup>(25)</sup>, Anibal<sup>(26)</sup>, e outras celebridades, quase todos cidadãos romanos, ilustres na paz e na guerra. Como eu perguntasse, maravilhado, como conheciam a nossa história, responderam-me que cultivavam todas as línguas, que costumavam enviar exploradores e embaixadores a toda parte da terra para aprender os costumes, as forças, o governo, a história, os bens e os males de todos os países, e que os habitantes solares são muito

desejosos de tais instruções. E eu soube que, antes de nós, foram os chineses que descobriram a pólvora e a imprensa. Há professores que explicam essas gravuras, habituando as crianças com menos de dez anos a aprender sem fadiga, como uma espécie de divertimento, todas as ciências, mas tudo pelo método histórico.

O terceiro triúnviro é o Amor, que tem o primeiro papel no que diz respeito à geração. Sua principal função é que a união amorosa se realize entre indivíduos de tal modo organizados, que possam produzir uma excelente prole. Escarnecem de nós por nos esforçarmos pelo melhoramento das raças dos cães e dos cavalos, e nos descuidarmos totalmente da dos homens. Ao seu governo está submetida a educação das crianças, a arte da farmácia, como também a sementeira e a colheita dos cereais e das frutas, a agricultura, a pecuária e a preparação das mesas e dos alimentos. Em suma, o Amor regula tudo quanto se refere à alimentação, ao vestuário e à geração, como também os numerosos mestres e mestras incumbidos desses misteres.

Esses três tratam de todas essas coisas em colaboração com o Metafísico, sem o qual nada se faz. E assim a república é governada por quatro, mas, em geral, onde propende a vontade do Metafísico, inclina-se a dos outros.

G. M. — Mas, diga-me, amigo: os magistrados, as repartições, os cargos, a educação, todo o modo de viver é mesmo o de uma verdadeira república, ou o de uma monarquia ou de uma aristocracia?

ALM. — Aquele povo ali se encontra vindo da Índia, por ele abandonada para livrar-se da desumanidade dos magos, dos ladrões e dos tiranos, que atormentavam aquele país. Todos determinaram, então, começar uma vida filosófica, pondo todas as coisas em comum. E, se bem que em seu país natal não esteja em voga a comunidade das mulheres, eles a adotaram unicamente pelo princípio estabelecido de que tudo devia ser comum e que só a decisão do magistrado devia regular a igual distribuição. As ciências e, em seguida, as dignidades e os prazeres são comuns, de forma que ninguém pode apropriar-se da parte que cabe aos outros.

Dizem eles que toda espécie de propriedade tem sua origem e força na posse separada e individual das casas, dos filhos, das mulheres. Isso produz o amor-próprio, e cada um trata de enriquecer e aumentar os herdeiros, de maneira que, se é poderoso e temido, defrauda o interesse público, e, se é fraco, se torna avarento, intrigante e hipócrita. Ao contrário, perdido o amor-próprio, fica sempre o amor da comunidade.

G. M. — Então, ninguém terá vontade de trabalhar, esperando que os outros trabalhem para o seu sustento, de acordo com a objeção de Aristóteles<sup>(27)</sup> a Platão.

ALM. — Não me constou que isso desse motivo para divergências, mas posso afirmar-lhe que mal se pode imaginar a imensidade do amor que aquele povo nutre pela pátria, revelando-se nisso superior aos antigos romanos, que espontaneamente se ofereciam em holocausto pela salvação comum. E assim devia ser, porque o amor à coisa pública aumenta na medida em que se renuncia ao interesse particular. Acredito, pois, que, se os nossos monges e clérigos não estivessem viciados por excessiva benevolência para com os parentes e os amigos, e se mostrassem menos roídos pela ambição de honras cada vez mais elevadas, teriam, com menor afeição pela propriedade adquirida, louvores de mais bela santidade, e, semelhantes aos apóstolos e a muitos dos tempos presentes, apareceriam ao mundo como exemplos da caridade mais sublime.

G. M. — Isso já o disse Santo Agostinho<sup>(28)</sup>. Mas, por favor, diga-me uma coisa: os habitantes solares, não podendo, permutar benefícios entre si, conhecerão a amizade?

ALM. — Sim, e é grandemente sentida. É por isso que, embora ninguém possa receber favores particulares, porque todos obtêm da comunidade o necessário e os magistrados velam para que ninguém receba mais do que merece (sem que nunca o necessário lhe seja negado), a amizade encontra ocasião de se mostrar em caso de guerra ou de enfermidades, ou pela prática de mútuo auxílio no estudo das ciências e, às vezes, também pela troca de louvores, de funções ou do necessário. Todos os contemporâneos se chamam irmãos, adquirem o nome de pais depois da idade de vinte e dois anos, e, antes dessa idade, dizem-se filhos, sendo uma das funções primárias dos magistrados impedir qualquer ofensa entre os confrades.

G. M. — E como se consegue isso?

ALM. — Nessa cidade, o número e os nomes dos magistrados correspondem às virtudes que conhecemos. Há os que se chamam Magnanimidade, Fortaleza, Castidade, Liberalidade, Justiça criminal e civil, Diligência, Verdade, Beneficência, Gratidão, Hilaridade, Exercício, Sobriedade, etc. Aquele que, desde a infância, se mostra, nas escolas, mais propenso ao exercício de alguma dessas virtudes, é chamado magistrado. Assim, não sendo possíveis, entre eles, os latrocínios, os assassinatos, as traições, os estupros, os incestos, os adultérios e

outros delitos de que incessantemente nos lamentamos, os que os praticam são declarados culpados de ingratião, malignidade (quando se nega uma satisfação devida), preguiça, tristeza, cólera, baixeza, maledicência e mentira, delito este mais detestado do que a peste. E as penas mais em voga são a privação da mesa comum e a proibição das mulheres e de outras honras, pelo tempo que o Juiz julgar necessário para a correção.

G. M. — Pode explicar-me, agora, o sistema de eleição dos magistrados?

ALM. — Antes de lhe expor o método de vida dessa gente, não me é possível satisfazer plenamente o seu pedido. É preciso saber que tanto os homens como as mulheres usam roupas iguais, próprias para a guerra, com a única diferença de que, nas mulheres, a toga cobre os joelhos, ao passo que os homens os têm descobertos. Todos, sem distinção, são educados juntos em todas as artes. Transcorrido o primeiro ano e antes do terceiro, os meninos aprendem a língua e o alfabeto passeando nas salas, todos divididos em quatro manípulos presididos por velhos veneráveis, que são guias e mestres de probidade superior a toda prova.

Depois de algum tempo, começam os exercícios de luta, corrida, disco e outros jogos

ginásticos, feitos todos com o fim de fortalecer adequadamente o corpo, e sempre com os pés descalços e a cabeça descoberta, até aos sete anos de idade. Distribuídos por manípulos, são eles conduzidos às diferentes oficinas das artes: a dos sapateiros, a dos cozinheiros, a dos artífices, a dos pintores, etc. Para que seja observada a tendência especial de cada engenho, depois dos sete anos, adquiridas já as noções matemáticas mediante as pinturas das muralhas, aplicam-se ao estudo das ciências naturais. As lições são recitadas a cada manípulo por quatro mestres diferentes, os quais terminam em quatro horas todas as partes da instrução. Em seguida, enquanto uns exercitam o corpo, outros atendem às funções públicas ou se dedicam às lições. Depois, começa o estudo das matérias mais difíceis, das matemáticas sublimes, da medicina e de outras ciências, e continuamente, no intervalo dos exercícios, travam-se discussões científicas. Com o tempo, os que mais se distinguiram numa ciência, ou numa arte mecânica, são eleitos magistrados. A agricultura e a pecuária são ensinadas por meio da observação, e todos, guiados pelo próprio chefe e juiz, dirigem-se para o campo, onde examinam e aprendem as modalidades de trabalho, sendo considerado o primeiro e o maior o que tiver conhecimento de maior número de artes e souber exercê-las com critério. Não posso exprimir-lhe quanto desprezo

têm por nós, por chamarmos de ignóbeis os artífices e de nobres os que, não sabendo fazer coisa alguma, vivem no ócio e sacrificam tantos homens que, chamados servos, são instrumentos da preguiça e da luxúria. Dizem ainda que não é de admirar que dessas casas e escolas de torpeza saiam catervas de intrigantes e malfeitores, com infinito dano para o interesse público.

Os outros funcionários são eleitos pelos quatro primazes — Hoh, Pon, Sin e Mor — juntamente com os magistrados da arte a que devem consagrar-se. A obrigação dos quatro pontífices é conhecer perfeitamente, em determinada arte ou virtude, a idoneidade do que deve tornar-se seu regedor. Quando ocorre uma eleição, os idôneos são propostos numa assembléia dos magistrados, não sendo permitido que ninguém se apresente candidato a se chamar alguma coisa, pois todos podem expor o que sabem contra ou a favor dos elegendos. Ninguém aspira à dignidade de Hoh sem conhecer profundamente a história de todos os povos, os ritos, os sacrifícios, as leis das repúblicas e das monarquias, assim como os inventores das leis, das artes, e os fenômenos e vicissitudes terrestres e celestes. Acrescente-se a isso o conhecimento de todas as artes mecânicas, cada uma das quais eles aprendem quase no espaço de três dias, embora não se tornem perfeitos na execução, que é, contudo, facilitada pelo exercício e pelas



pinturas. Além disso, é mister ser versadíssimo nas ciências físicas e astrológicas. Já não se dá a mesma importância ao conhecimento das línguas, para as quais existem numerosos intérpretes, que na república se chamam gramáticos. Mas, de absoluta necessidade é conhecer integralmente as ciências metafísicas e teológicas. Devem conhecer-se, em seguida, as raízes, os fundamentos e as provas de todas as artes e ciências, as relações de conveniência e inconveniência das coisas, a necessidade, o destino, a harmonia do mundo, a potência, a sabedoria e o amor das coisas de Deus, as gradações dos seres, os seus símbolos com as coisas celestes, terrestres e marítimas, e com os ideais em Deus, na medida em que isso à concedido à mente humana. Finalmente, é necessário ter aprofundado, com longos estudos, as profecias e a astrologia. Por isso, o futuro Hoh é reconhecido muito tempo antes da eleição. Este só pode ocupar tão eminente dignidade depois de completar o sétimo lustro. O cargo é perpétuo, enquanto não se descobre outro mais sábio e melhor indicado para governar a república.

G. M. — Mas, qual é o homem capaz de possuir tanta doutrina? Um cientista não será, talvez, o menos idôneo para o regime da república?

ALM. — Essa objeção também foi apresentada por mim, e eis a resposta que obtive: Estamos tão certos de que um sábio pode ter aptidões para o bom governo de uma república quanto vós, que preferis homens ignorantes, julgados hábeis somente porque descendem de príncipes ou são eleitos pela prepotência de um partido. Mas, o nosso Hoh, mesmo admitindo que seja inexpertíssimo em qualquer forma de governo, nunca se tornará cruel, celerado ou tirano, pois possui uma imensa sabedoria. Essa objeção pode ter força entre vós, que chamais de sábio o homem que leu maior número de gramáticas ou de lógicas de Aristóteles ou outros autores, de forma que, ao se querer consultar um sábio dos vossos países, o único resultado que se obtém é uma obstinada fadiga e um servil trabalho de memória que habitua o homem à inércia, pois não encontra estímulo em penetrar no conhecimento das coisas e se contenta em possuir um acervo de palavras, aviltando a alma, e fatigando-a sobre letras mortas. Tais sábios ignoram como todos os seres são governados pela causa primeira e quais as regras e hábitos da natureza e das nações. Isso não acontece com o nosso Hoh, uma vez que, para aprender tantas artes e ciências, é necessário ser dotado de vastíssimo engenho para tudo, o que o torna habilíssimo também para o governo político. Além disso, é sabido que não conhece nenhuma ciência

quem só foi instruído numa, tendo engenho tardo e desprezível todo aquele que, apto numa única ciência, a possui, ainda assim, tomada de empréstimo aos livros. Semelhante juízo não se pode fazer do nosso Hoh. Os três primazes que o assistem devem ser profundos conhecedores, em particular, das artes que mais imediatamente se relacionam com o seu cargo, bastando que só historicamente conheçam as artes comuns. Assim, a Potência é peritíssima na arte equestre, na de coordenar um exército, de preparar os acampamentos, ou de fabricar as armas, e em cada assunto militar, como estratagemas, máquinas, etc. Mas, para alcançar esse objetivo, é mister que a Potência tenha noções de filosofia, de história, de política, de física, etc. E o mesmo se pode dizer dos outros dois triúnviros.

Voltando, agora, a falar sobre o seu método de vida e a excelência dos seus meios de instrução, devo informar-lhe que, naquela cidade, as ciências são aprendidas com tanta facilidade que as crianças ficam sabendo num ano o que entre nós só se adquire depois de dez ou quinze anos de estudo. Solicitado a interrogar os alunos, nem sei exprimir-lhe que surpresa tive ao ouvir respostas tão prontas, tão verdadeiras e tão sábias de alguns que falavam correntemente a nossa língua. Para isso, está estabelecido que três de cada manípulo devem aprender o nosso

idioma, outros três o árabe, três o polaco e três outros línguas especiais.

Antes de se tornarem doutores, não lhes é concedido repouso algum: depois do estudo, vão para o campo, onde se exercitam em corrida, arco, lança, arcabuz, caça, ou em botânica, mineralogia, agricultura, pecuária.

G. M. — Desejaria, agora, que me expusesse e classificasse as funções públicas, antes de me falar detalhadamente da educação.

ALM. — Eles têm em comum as casas, os dormitórios, os leitos, todas as coisas necessárias. Mas, depois de seis meses, os mestres escolhem os que devem dormir neste ou naquele lugar: quem no primeiro quarto, quem no segundo, etc. — tudo indicado pelos alfabetos existentes no alto das entradas. Homens e mulheres se aplicam em comum a todas as artes mecânicas e especulativas, com a diferença de que as artes que requerem fadiga e marcha são exercitadas pelos homens, como arar, semear, colher as frutas, trabalhar na eira, fazer a vindima, etc., ao passo que as mulheres se dedicam a ordenhar o gado e fazer o queijo, além de se dirigirem às hortas vizinhas das muralhas da cidade para cultivar e colher legumes. Todas as artes, pois, que exigem que se fique sentado ou de pé, competem às mulheres: tecer, fiar,

cozinhar, cortar o cabelo e a barba, preparar remédios e toda sorte de roupas. Estão, contudo, isentas de trabalhar em madeira e em ferro. Se há, porém, alguma que revele aptidão para a pintura, dão-lhe a possibilidade de exercitar-se. A música, ao contrário, é permitida somente às mulheres e, às vezes, também às crianças, por serem suscetíveis de proporcionar maior deleite, excluindo-se, todavia, o uso das trompas e dos tímpanos. As mulheres preparam também os alimentos e estendem as toalhas, mas o serviço das mesas compete aos meninos, bem como às meninas que ainda não completaram vinte anos. Cada círculo possui cozinhas e despensas próprias, além de todos os utensílios necessários para comer e beber. Cada oficina é presidida por um velho e uma velha., que, de comum acordo, dão ordens aos ministrantes, podendo castigar ou ordenar que se castiguem os negligentes, os refratários, os desobedientes. Observam e tomam nota do gênero de ofício em que mais se distinguiu um menino ou uma menina. A juventude serve aos que ultrapassaram os quarenta anos, e o dever dos mestres e das mestras é vigiar à noite, quando vão descansar, e, de manhã, pôr em função os que devem substituí-los, sendo escolhidos um ou dois para cada quarto. Os jovens servem-se reciprocamente, e aí dos renitentes! Há as primeiras e as segundas mesas, cada qual com

seus respectivos assentos. Sentam-se primeiro as mulheres, depois os homens, e, conforme ao uso dos monges, não é permitido nenhum rumor. Durante a refeição, um jovem lê, de uma alta tribuna, com voz distinta e sonora, algum livro, sendo a leitura freqüentemente interrompida pelos magistrados, que fazem observações sobre as passagens mais importantes. Belíssima de ver-se é essa juventude, sucintamente vestida, prestar aos seus maiores, com grande oportunidade, toda espécie de serviços. É um imenso conforto observar como vivem em comum, em perfeita harmonia, com extrema modéstia, decoro e amor, tantos amigos, irmãos, filhos, pais e mães. Cada um recebe um guardanapo, um prato e uma porção de alimento. Incumbe aos médicos dar aos cozinheiros do dia instruções sobre a qualidade dos alimentos que devem ser preparados, indicando os que convêm aos velhos, aos jovens e aos doentes. Todos os magistrados recebem uma porção um pouco maior e mais escolhida, da qual; durante a refeição, distribuem uma parte aos meninos que de manhã mais se distinguiram nas ciências ou nas armas. Esse favor é ambicionado como um dos mais preclaros. Nos dias de festa, à hora do jantar, há canto e música, mas com poucas vozes, sendo às vezes uma somente, acompanhada por uma cítara, etc. Como o serviço da mesa é feito por muitos e com diligência, nunca se ouve uma queixa por faltar

alguma coisa. Velhos veneráveis presidem ao regular funcionamento da cozinha e aos preparadores dos alimentos, como também à limpeza das camas, dos quartos, dos vasos, da roupa, das oficinas e dos ingressos, atribuindo a tudo isso enorme importância.

No que diz respeito ao vestuário, trazem sobre o corpo uma camisa branca e, em seguida, o hábito, que serve ao mesmo tempo de colete e de calça, sem pregas, lateralmente aberta no alto e em baixo das pernas, e do meio do umbigo às nádegas, entre as extremidades das coxas. As orlas das aberturas anteriores são fechadas por botões pregados por fora, e as dos laterais por laços. As botas aderem à calça e descem até aos calcanhares. Os pés são cobertos, também, por meias de lã da forma de semicoturnos e presas por fivelas. Sobre essas é que vêm os sapatos. Finalmente, como já disse, vestem a toga. Tão bem feitas são essas roupas que, levantando a toga, verá você, claramente e sem temor de se enganar, as partes bem proporcionadas de toda a pessoa.

Mudam quatro roupas diferentes por ano, ao entrar o Sol no Áries<sup>(29)</sup>, no Câncer, na Libra e no Capricórnio. A qualidade e a necessidade são decididas pelo médico, ao passo que a distribuição compete ao encarregado do vestuário em cada círculo. Você decerto se admiraria do

número extraordinário de tantas roupas, pesadas ou leves, conforme o exija a diferença das estações. Todas as trazem muito limpas, pois que as lavam, uma vez por mês, com lixívia e sabão. Todas as dependências de determinada espécie de arte, como cozinhas, despensas, celeiros, armazéns, arsenais, banheiros, encontram-se na parte inferior das casas, se bem que, debaixo dos peristilos, também tenham sido construídos tanques para os banhos, cuja água se escoar por canais terminados em cloacas. Em cada praça dos sete círculos, há as respectivas fontes, que vertem a água tirada das faldas da colina com o simples movimento de engenhoso manúbrio. Em geral, as águas são, algumas primitivas, outras recolhidas em cisternas. A água que, depois de uma chuva, escorre pelos telhados das casas, é levada às cisternas por meio de aquedutos de areia. As prescrições do médico e do magistrado regulam os banhos das pessoas. As artes mecânicas são exercidas debaixo dos peristilos, nas galerias superiores; as especulativas, em cima das sacadas, onde se distinguem as mais preciosas pinturas; e, no templo, é ensinado tudo o que se relaciona com as coisas divinas. Os relógios solares e outros maquinismos que indicam as horas e os ventos se acham debaixo dos pórticos ou nos pontos mais eminentes de cada círculo.

G. M. — Por favor, fale-me, agora, da geração.



ALM. — Nenhuma mulher, antes dos dezenove anos, pode consagrar-se a esse mister; quanto aos homens, devem ter ultrapassado os vinte e um, e até mais quando de compleição delicada. Antes dessa idade, permite-se a alguns a mulher, mas estéril ou grávida, a fim de que, impelidos por excessiva concupiscência, não se abandonem a excessos anormais. Às mestras matronas e aos velhos mais idosos, incumbe proporcionar o prazer aos que, mediante pedido secreto ou nas palestras públicas, tenham revelado possuir mais poderosos estímulos. Mas, é sempre necessária a licença do Grande Magistrado da geração, ou seja o Grande Doutor da medicina, que não reconhece outros superiores além do triúnviro Amor. Os que se surpreendem na prática da sodomia são vituperados e obrigados a levar, por dois dias, o calçado preso ao pescoço, punição que indica terem eles invertido a ordem natural das coisas pondo os pés sobre a cabeça. Continuando a iniquidade, aumenta a pena que pode chegar, às vezes, à capital. Em compensação, os que se mantêm ilibados até aos vinte e um anos de idade, e sobretudo os que assim permanecem até aos vinte e sete anos, recebem, em reunião pública, honras de festas e cantos. De acordo com o costume dos antigos espartanos, tanto os homens como as mulheres aparecem nus nos exercícios ginásticos, de forma que os preceptores

têm a possibilidade de descobrir os que são capazes ou incapazes para a geração, podendo determinar ainda qual o homem mais conveniente a determinada mulher, segundo as respectivas proporções corporais. A união marital se realiza cada terceira noite e depois que os geradores estão bem lavados. Uma mulher grande e bela se une a um homem robusto e apaixonado, uma gorda a um magro, uma magra a um gordo, e assim, com sábio e vantajoso cruzamento, moderam-se todos os excessos. Ao cair do sol, os meninos sobem às habitações e preparam os tálamos. Depois, entram os geradores e, seguindo a determinação dos mestres e mestras, ficam em repouso, sem poderem nunca consagrar-se ao importante mister, antes de terem digerido bem os alimentos e terminado a prece. Nos quartos, há estátuas de homens respeitabilíssimos, aí colocadas para serem contempladas pelas mulheres, que, depois, pondo-se a uma janela com os olhos voltados para o céu, suplicam a Deus que lhes conceda tornarem-se mães de perfeita prole. Deitam-se, então, em celas separadas e dormem até à hora estabelecida para a união. É quando a mestra se levanta e, por fora, abre a porta tanto aos homens como às mulheres. Essa hora é determinada pelo módico e pelo astrólogo, que procuram escolher a ocasião em que todas as constelações são favoráveis aos geradores e aos gerados. Consideram culpável

todo aquele que, ao se aproximar a geração, não tenha ao menos por três dias conservado o sêmen em sua integridade e pureza, bem como o que, tendo cometido atos impudicos, não se tenha confessado e reconciliado com Deus. Os que, por deleite ou necessidade, têm relações com mulheres estéreis, grávidas ou defeituosas, não participam de nenhuma cerimônia. Os magistrados, por serem todos sacerdotes, assim como os mestres das ciências, só podem assumir o encargo de geradores depois de muitos dias de abstinência. É que, como freqüentemente se observa, o emprego das faculdades da inteligência, enfraquecendo-lhes os espíritos animais e impedindo que possam transmitir a energia do cérebro faz com que seja fraca de corpo e tarda de engenho a prole dessa gente. Sábia, por conseguinte, é a prescrição que lhes ordena a união com mulheres vivazes fortes e belas. Da mesma forma, os homens ágeis, ardentes, de temperamento sangüíneo, devem unir-se a mulheres gordas e frias. Dizem eles que, descurada a geração, não se pode depois, com a arte, adquirir a harmonia dos diversos elementos do organismo, causa de todas as virtudes, e que os homens nascidos com má organização só praticam o bem pelo receio da lei e de Deus; sem esse receio, ou secreta ou publicamente, tornam-se perniciosos à república. Eis porque se deve empregar toda diligência no mister da geração,

refletindo-se sobre os verdadeiros méritos naturais, e não sobre os dotes ou a nobreza fictícia e de mentirosa espécie. Se uma mulher não é fecundada pelo homem que lhe é destinado, é confiada a outros; se, finalmente, se revela estéril, torna-se comum, mas lhe é negada a honra de sentar-se entre as matronas na assembléia da geração, no templo e à mesa. Assim procedem para que, por motivos de luxúria, não procurem elas a esterilidade. As que concebem ficam, por quinze dias, dispensadas de qualquer fadiga. Começam, em seguida, trabalhos fáceis que lhes fortifiquem a prole e lhes abram os meatos da nutrição, e se revigoram depois, gradativamente, com exercícios. Os médicos só lhes permitem alimentos profícuos. Depois do parto, elas próprias amamentam e assistem ao recém-nascido em quartos comuns, que para esse fim devem ser expressamente preparados. Por dois e mais anos, segundo as prescrições do Físico, são amamentadas as crianças. Depois disso, se é menina, é entregue às mestras, e, se é menino, aos mestres. Começam, então, quase que como um divertimento, a aprender o alfabeto, a explicar as pinturas, a exercitar-se na corrida, na luta, e depois a estudar as histórias expostas pelas pinturas e as diferentes línguas. Até aos seis anos de idade, vestem uma elegante roupa multicolor. Depois dessa idade, iniciam o estudo das ciências naturais, depois de outras, quando

os mestres julgam oportuno. Para o fim, reservam-se as ciências mecânicas. Quanto aos meninos tardos de engenho, vão para o campo, e, se alguns já provam terem feito progressos bastantes, voltam para a cidade. Mas, como quase todos nasceram sob a mesma constelação, assemelham-se sempre aos contemporâneos pela virtude, pelos costumes e pelas feições, o que dá causa a uma durável concórdia, a um mútuo amor e a uma recíproca solícitude em se auxiliarem uns aos outros.

Os nomes não se impõem arbitrariamente, mas por inspiração do Metafísico, depois de considerar as qualidades individuais, segundo o costume dos antigos romanos. É assim que um se chama Belo, outro Nasão, um terceiro Crassípede, e outros Torvo, Magro, etc. Mas, quando adquirem excelência em alguma arte, ou por algum feito na guerra ou na paz, ao primeiro nome se acrescenta o da arte, como Pintor belo, grande, áureo, excelente, preclaro, ou o da ação, como Nasão forte, astuto, vencedor, grande, grandíssimo, ou ainda o do inimigo vencido, como Africano, Asiático, Etrusco, e, quando tenha superado Manfredo<sup>(30)</sup>, ou Tortélio, recebe o nome de Magro Manfredo, Tortélio, etc. Esses cognomes são impostos pelos magistrados superiores, que acompanham a função, o mais das vezes, com o presente de uma coroa conveniente ao feito ou à arte, e com uma festa musical, pois não dão valor

algum ao ouro e à prata, considerando-os como matérias para fabricar vasos e ornamentos comuns a todos.

G. M. — Diga-me, por favor: conhecem eles o ciúme, ou melhor, a dor, quando alguém não obtém uma esperada magistratura ou qualquer outra coisa que tenha ambicionado?

ALM. — Não, porque todos, além de possuírem o necessário, gozam de tudo quanto possa deleitar a vida. A geração é considerada obra religiosa, tendo por fim o bem da república e não dos particulares. Por isso, todos obedecem plenamente aos magistrados. Além disso, contra a nossa opinião, negam ser natural ao homem, para educar vantajosamente a prole, a posse de uma mulher, de uma casa, de filhos, e dizem, com São Tomaz<sup>(31)</sup>, que o objetivo da geração é a conservação da espécie e não a do indivíduo. Trata-se, portanto, de um direito público e não privado, do qual os particulares só participam como membros da república. Acrescentam que a principal causa dos males públicos reside na maneira errônea de considerar a geração e a educação, que devem ser religiosamente atribuídas à sabedoria do magistrado, como primeiros elementos da felicidade de um povo.

Os indivíduos que, por sua excelente organização, têm o direito de se tornarem

geradores, ou geratrizes, Se unem segundo os ensinamentos da filosofia. Platão acha que isso deve realizar-se tirando a sorte, a fim de que os que são afastados das mulheres mais belas não fiquem odiando os magistrados; e diz que devem ser enganados no ato de tirar a sorte, os que não são merecedores de supremas belezas, de maneira que obtenham, não as mais desejadas, mas as mais convenientes. Esse engano, porém, é inteiramente inútil para os habitantes solares, pois que entre eles não existe deformidade. Além disso, como as mulheres se aplicam continuamente a diferentes trabalhos, adquirem uma cor vivaz, membros robustos, grandes, e ágeis, consistindo a beleza unicamente na altura e no vigor das pessoas. Incorreria, pois, na pena capital aquela que embelezasse o rosto para parecer bela, ou usasse calçado alto para parecer maior, ou vestido comprido para cobrir pés disformes. Mas, mesmo que alguma manifestasse propensão para fazer essas coisas, não o conseguiria, porque ninguém lhe reconheceria a faculdade. Asseveram eles que tais enganos são frutos, entre nós, da ociosidade e da indolência das mulheres, o que faz com que, deformando-se, empalidecendo e tornando-se fracas e pequenas, precisem de cores, de calçado, de vestidos compridos, e gostem mais de parecer belas por uma inerte delicadeza do que por uma vigorosa saúde, prejudicando-se a se próprias e à prole.

Quando um indivíduo se apaixona violentamente por uma mulher, permitem-lhe colóquios, divertimentos e recíprocos presentes de flores e de poesias. Se, porém, a geração corre perigo, não se permite nunca que se unam, salvo quando a mulher já se acha grávida de um feto pertencente a outro, ou quando já tenha sido declarada estéril; estes, porém, só conhecem o amor de exclusiva concupiscência e a amizade. Não se preocupam muito com questões familiares e comestíveis, pois cada um recebe de acordo com a própria necessidade, a não ser quando se trate de honrar alguém. Então, e especialmente nos dias de festa, costumam distribuir-se, aos heróis e às heroínas, à hora do jantar, em sinal de honra, diferentes presentes, como grinaldas multicores, alimentos agradáveis, roupas elegantes, etc.

Se bem que, durante o dia e na cidade, todos usem roupas brancas, à noite e fora da cidade trajam vestes vermelhas, de lã ou de seda. Detestam, porém, e desprezam a cor preta, em oposição aos japoneses, que preferem essa tinta. A soberba é julgada o mais execrando dos vícios, e todo ato de soberba é punido com as mais cruéis humilhações. Ninguém se considera diminuído ao servir à mesa, na cozinha ou nas enfermarias: cada função é tida como um mister, e, a seu ver, todos os atos praticados pelas



diferentes partes do corpo humano são igualmente honrosos.

Não têm o sórdido costume de possuir servos, bastando-lhes e, muitas vezes, sendo até excessivo, o próprio trabalho. Entre nós, infelizmente, vemos o oposto.

Nápoles tem uma população de setenta mil pessoas, mas só quinze mil trabalham e são logo aniquiladas pelo excesso de fadiga. As restantes estão arruinadas pelo ócio, pela preguiça, pela avareza, pela enfermidade, pela lascívia, pela usura, etc., e, para maior desventura, contaminam e corrompem um infinito número de homens, sujeitando-os a servir, a adular, a participar dos próprios vícios, com grave dano para as funções públicas. Os campos, a milícia, as artes, ou são desprezadas ou, com ingentes sacrifícios, pessimamente cultivadas por alguns. Na Cidade do Sol, ao contrário, havendo igual distribuição dos misteres, das artes, dos empregos, das fadigas, cada indivíduo não trabalha mais de quatro horas por dia, consagrando o restante ao estudo, à leitura, às discussões científicas, ao escrever, à conversação, aos passeios, em suma, a toda sorte de exercícios agradáveis e úteis ao corpo e à mente. Não se permitem jogos que obriguem a ficar sentado, como dados, xadrez e outros, divertindo-se todos com a pela, o balão, o pião, a corrida, a luta, o

arco, o arcabuz, etc. Afirmam, além disso, que a pobreza é a razão principal de se tornarem os homens vis, velhacos, fraudulentos, ladrões, intrigantes, vagabundos, mentirosos, falsos testemunhos, etc., produzindo a riqueza os insolentes, os soberbos, os ignorantes, os traidores, os presunçosos, os falsários, os vaidosos, os egoístas, etc. A comunidade, ao contrário, coloca os homens numa condição ao mesmo tempo rica e pobre: são ricos porque gozam de todo o necessário, e são pobres porque não possuem nada. Servem as coisas, mas as coisas lhes obedecem, louvando assim os religiosos da cristandade e especialmente a vida dos apóstolos.

G. M. — Considero útil e santa a comunidade dos bens, mas não posso aprovar a das mulheres. São Clemente<sup>(32)</sup> romano diz que as mulheres devem ser comuns, segundo o instituto apostólico, e elogia Sócrates<sup>(33)</sup> e Platão por ensinarem igual doutrina; mas, a glosa entende que essa comunidade se relaciona com o obséquio e não com o leito. E Tertuliano<sup>(34)</sup>, apoiando a glosa, escreveu que os primeiros cristãos tiveram tudo em comum, excetuadas as mulheres, as quais o foram, contudo, no que diz respeito ao obséquio.

ALM. — Mal conheço essas coisas, mas posso afirmar-lhe que, na Cidade do Sol, as mulheres

são comuns tanto para o obséquio como para o leito, mas nem sempre, como o fazem as feras ao encontrarem a fêmea, mas somente, como se diz, por motivo e ordem de geração. Não obstante, é possível que nisso se enganem. Escudam-se no juízo de Sócrates, de Catão<sup>(35)</sup>, de Platão, de São Clemente (mal compreendido, como você observou). Dizem que Santo Agostinho aprova toda comunidade, mas não a das mulheres para o leito, que é a heresia dos nicolaitas<sup>(36)</sup>, e que a nossa Igreja permitiu a propriedade dos bens, não a título de introduzir vantagens maiores, mas unicamente para evitar piores males. Com o tempo, talvez seja possível que abandonem esse costume, uma vez que, nas cidades sujeitas, são comuns os bens, não as mulheres, salvo em relação ao obséquio e às artes. Mas, isso é atribuído pelos habitantes solares à imperfeição das referidas cidades, menos da própria, instruídas em filosofia. Não obstante, costumam enviar mensageiros a outras nações e nunca se recusam a abraçar os costumes que lhes parecem melhores. O hábito faz com que as mulheres também se tornem aptas para a guerra e outros misteres. Depois que conheci essa cidade, concordei plenamente com Platão e menos com o nosso Caieta<sup>(37)</sup>, discordando por completo de Aristóteles. Um costume apreciadíssimo e digno de imitação, entre eles, é o que consiste em considerar que nenhum defeito é bastante para

manter os homens na ociosidade, salvo em idade decrépita, na qual ainda são úteis dando conselhos. Assim, o coxo serve de vigia empregando os olhos sãos; o cego, com as mãos, desfia a lã e prepara plumas para encher leitos e travesseiros; quem é privado de olhos e de mãos serve a república empregando os ouvidos e a voz; finalmente, o que só possui um membro emprega-o do melhor modo possível

G. M. — Fale-me da guerra, que reservarei para depois as artes, as ciências e a religião.

ALM. — A Potência, outro dos triúnviros, preside ao mestre das armas, como também aos da artilharia, da cavalaria, da infantaria e dos arquitetos, dos estratagemas, etc. A cada um destes obedecem outros mestres e primeiros funcionários das respectivas artes. Além disso, a Potência comanda os atletas, que são experimentados e velhos capitães, preceptores dos meninos na arte militar, depois que estes completam os doze anos, se bem que antes dessa idade já tenham sido exercitados por mestres inferiores na corrida, na luta, no lançamento de pedras, etc. Os atletas ensinam a ferir o inimigo, os cavalos, os elefantes, a manejar a espada, a lança, o arco, as fundas, a cavalgar, a perseguir, a fugir, a ficar de ordenança, a socorrer o companheiro, a prevenir com engenho o inimigo, numa palavra, a vencer. As mulheres também

aprendem essa arte com mestres e mestras especiais, de forma que, quando necessário, podem prestar socorro aos homens em caso de guerra não distante da cidade, ou defender as muralhas desta, a fim de nunca serem surpreendidas por uma súbita invasão. Honram, dessa forma, as espartanas e as amazonas<sup>(38)</sup>. Sabem atirar balas de fogo com arcabuzes, formá-las com o chumbo, lançar pedras do alto, marchar ao encontro do ímpeto inimigo. E assim, pela freqüência de semelhantes exercícios, habituam-se a afrontar qualquer perigo sem nenhum temor, e, quando alguma demonstra covardia, é severamente punida.

Os habitantes solares não temem a morte, porque todos acreditam na imortalidade da alma, que, ao sair do corpo, é acompanhada pelos espíritos bons ou maus, conforme o tenha merecido na vida terrestre. Embora sejam brâmanes<sup>(39)</sup>, aproximam-se, contudo, segundo certas opiniões, dos pitagóricos<sup>(40)</sup>, dos quais não admitem a metempsicose da alma, exceto uma ou outra vez, por especial justiça de Deus. Também não deixam de combater um povo que se mostre inimigo da república, da religião e da humanidade. Uma vez cada dois meses, é passado em revista o exército, sendo diário o estudo prático das armas, quer em campo aberto, quer entre as muralhas. São contínuas, também, as lições sobre a arte militar. Estudam a história

de Moisés, de Josué<sup>(41)</sup>, de Davi<sup>(42)</sup>, dos Macabeus<sup>(43)</sup>, de César, de Alexandre, de Cipião<sup>(44)</sup>, de Anibal, etc. Todos têm o direito de externar sua opinião. Aqui agiram bem, ali mal, aqui com probidade, ali com utilidade, etc. assim vai respondendo e sentenciando o mestre.

G. M. — Mas contra que povos e por que motivos fazem a guerra, e com que êxito?

ALM. — Mesmo que nunca precisassem entrar em guerra, ainda assim se exercitariam na arte militar e na caça, para não se descuidarem e não serem surpreendidos sem defesa pelos acontecimentos. Além disso, na ilha, há quatro remos que invejam grandemente a sua prosperidade: como o povo prefira viver à maneira dos habitantes solares a obedecer aos regedores do país, eles muitas vezes movem guerra aos solares, aduzindo usurpações de limites, ímpio modo de viver, falta de ídolos, ódio às crenças dos gentios<sup>(45)</sup> ou dos antigos brâmanes, etc. Também os indús, dos quais já foram súditos, se declaram contra eles e os tratam de rebeldes, como também os povos da Taprobana, dos quais tiveram os primeiros socorros. Não obstante, os solares saem sempre vencedores. Mal sofrem um insulto, uma calúnia ou uma depredação, ou conhecidos os males dos próprios aliados, ou ainda chamados como libertadores por povos tiranizados, reúnem-se logo em assembléia para deliberar. Então,

primeiro, ajoelham-se perante Deus, rogando-lhe a inspiração de ótimos conselhos; em seguida, examinam as coisas; por fim, declaram a guerra. Subitamente, é enviado ao inimigo um sacerdote chamado Forense, o qual pede ao inimigo a restituição da presa, a libertação dos aliados, ou a cessação da tirania. Se os pedidos não surtem efeito, ele intima a guerra em nome do Deus das vinganças, do Deus de Sabaot<sup>(46)</sup>, para o extermínio dos que sustentam a iniquidade. Quando os inimigos pedem prazo para a resposta, o sacerdote concede uma hora, se trata com um rei, e três com uma república, e isso a fim de impedir qualquer engano. Dessa forma, os habitantes solares se tornam defensores do direito natural e da religião. Declarada a guerra, o conjunto da execução é confiado ao Vigário da Potência. Esse triúnviro, então, à semelhança do ditador dos romanos, age plenamente de acordo com a própria vontade, de forma que sejam afastadas todas as razões de atraso. Mas, se muito grande é a importância da empresa, consulta Hoh, a Sabedoria e o Amor. Antes, porém, um orador expõe, numa assembléia geral, as razões da guerra e a justiça da causa. Intervêm nessa assembléia os maiores de vinte anos, de maneira que fique preparado tudo o que for necessário. É preciso saber que eles conservam em arsenais especiais toda espécie de armas, das quais freqüentemente se servem em

combates simulados. As paredes internas de cada círculo são guarnecidas por morteiros, sob a guarda de soldados especiais. Há, além disso, outras máquinas de guerra chamadas canhões, que são transportadas à batalha por mulas ou burros, ou em cima de carros. E, quando se acham em campanha aberta, encerram no meio os comboios, as artilharias, os carros, as escadas e as máquinas, e animosamente, por longo tempo, se disputam o terreno. Cada um se retrai, então, em torno das próprias bandeiras. Os inimigos acreditam que estejam fugindo ou se preparando para a fuga, e saem em sua perseguição, mas os solares, formando duas alas em forma de chifres, retomam fôlego e coragem, e com a artilharia atiram balas de fogo, voltando logo em seguida ao combate contra os inimigos desorientados. esses e outros modos semelhantes de guerra são freqüentemente usados. Eles superam todas as nações na ciência dos estratagemas e das máquinas, e seguem o costume dos antigos romanos na formação dos acampamentos. Levantadas as tendas, circundam-nas de bastiões e fossas, com maravilhosa presteza. Cada trabalho é assistido pelos mestres dos trabalhos, das máquinas e das artilharias, e todos os soldados sabem manejar o machado e a enxada. Possuem, à testa dos serviços de guerra, cinco, oito e até, dez chefes, que conhecem profundamente a disciplina e os



estratagemas e sabem dirigir as próprias fileiras de acordo com o plano preestabelecido. Costumam, também, conduzir à guerra meninos a cavalo, a fim de aprenderem essa arte e se habituarem ao sangue, como os lobos e os leões costumam fazer com os filhos. Os meninos, juntamente com as mulheres, que também assistem armadas, retiram-se no instante do perigo, mas, depois da batalha, reaparecem para medicar, servir e confortar com carícias e palavras os combatentes. Imensa vantagem traz a presença dessas pessoas. Não poucos, para dar mostra de valor diante das mulheres e dos meninos, fazem prodígios, tentam as mais arriscadas empresas, e quase sempre o amor os faz sair vitoriosos. Quem, na batalha, foi o primeiro a transpor os redutos inimigos, recebe depois do conflito, das mãos das mulheres e dos meninos, uma coroa de graminho, em meio às honras de festas militares. Obtém a coroa cívica quem socorre o amigo, e uma de carvalho quem mata o tirano, cujos despojos, em perpétua memória do fato, são colocados no templo, sobrepondo-lhe o Metafísico nome da ação. Outros recebem outras coroas. Os soldados a cavalo trazem uma lança e duas grandes e resistentes pistolas penduradas nas selas, as quais, sendo menores no orifício do que na base, têm força para traspassar mesmo a mais maciça armadura de ferro. Usam, igualmente, a espada e

o punhal. Outros, ainda, são armados de uma clava de ferro e se dizem soldados armados à ligeira. Dessa forma, se a armadura do inimigo resiste à espada e às pistolas, assaltam-no com a clava, como fez Aquiles<sup>(47)</sup> com o Cisne<sup>(48)</sup>, derrubam-no e o aniquilam. Ligadas à clava, pendem duas correntes de seis palmos, com bolas de ferro na extremidade, de forma que, atiradas contra o inimigo, lhe cingem o pescoço, abalando-o, arrastando-o, levando-o por terra. Para com maior facilidade manejarem a daga, não governam as rédeas do cavalo com as mãos, mas com os pés. É por isso que as rédeas se trocam em cruz sobre os arções da cela, descendo para prender-se, não nos pés, mas na extremidade dos estribos. Estes formam, exteriormente, uma esfera de ferro e, na base, um triângulo. Desse modo, rodando o pé sobre o triângulo, são postas em movimento as esferas, e estas estiram as rédeas. E assim, com admirável presteza, governam à vontade o cavalo, fazendo-o voltar com o pé direito para o lado esquerdo e vice-versa. Esse segredo é ignorado pelos próprios tártaros<sup>(49)</sup>, que sabem governar as rédeas com os pés, mas não sabem afastar, retrain e diminuir a marcha do cavalo, além de não conhecerem o emprego da roldana nos estribos. Os cavaleiros armados à ligeira começam o ataque com arcabuzes. Em seguida vêm as falanges com as lanças, e depois os fundeiros, muitíssimo

estimados e habituados a combater, indo alguns até quase dentro da contextura das fileiras, enquanto outros avançam pela frente e outros marcham concentrados. Possuem também esquadras que protegem o exército com chuços. Finalmente, a batalha é decidida pelas espadas.

Terminada a guerra, celebram triunfos militares, como os antigos romanos e ainda melhor. Rendem graças a Deus com preces, e o supremo chefe da expedição entra no templo, onde um poeta ou um historiador, que assistiu aos fatos, bem ou mal os expõe. Depois, Hoh coloca uma coroa de louros na cabeça do chefe, seguindo-se a distribuição dos presentes e das honras aos soldados que mais se distinguiram, os quais, por muitos dias, são dispensados do serviço. Mas, os habitantes solares, não gostando do ócio, empregam essas folgas em socorrer os amigos. Ao contrário, os chefes que, por culpa própria, foram vencidos ou perderam ocasião de mais completa vitória, são infamados. O soldado que foi o primeiro a fugir só pode subtrair-se à morte quando o exército inteiro pede graça por sua vida, assumindo cada um uma parte do castigo. Essa indulgência, porém, raramente é concedida e só quando militam circunstâncias excepcionais. É batido com vergas quem não socorre o amigo, e quem se mostrou desobediente é encerrado num recinto para ser devorado pelas feras, pondo-se-lhe nas mãos um bastão, de

forma que, se vencer os ursos e os leões que o guardam, o que é quase impossível, será novamente admitido na sociedade.

As cidades subjugadas ou que se submetem de espontânea vontade põem logo em comum todas as coisas, aceitam guarnições e magistrados solares e aos poucos se habituam aos costumes da Cidade do Sol, mestra de todas, para onde expedem os seus filhos, aos quais, sem nenhuma despesa, é dada perfeita instrução.

Obra de excessiva extensão seria falar dos exploradores e dos seus mestres, das sentinelas, das ordens e dos usos dentro e fora da cidade, coisas que você facilmente pode imaginar, bastando que eu lhe observe que são escolhidos quando meninos, segundo a inclinação individual e a constelação que presidiu ao seu nascimento. E assim, procedendo segundo o próprio talento natural, cada um exerce o respectivo mister com pontualidade e também com prazer, porque está em harmonia com a índole própria. O mesmo se pode dizer dos estratagemas e outras funções.

As quatro partes da cidade são guardadas noite e dia por sentinelas, enquanto outras montam guarda às últimas muralhas do sétimo círculo, sobre propugnáculos, torres, e entre os entrincheiramentos internos. Durante o dia, também as mulheres prestam esse serviço, mas

somente os homens à noite, a fim de não ficarem preguiçosos e prevenirem uma surpresa. A duração de cada plantão é, como entre nós, de três horas. Ao cair do sol, por entre sons de tímpanos e sinfonias, indicam-se aos armados os lugares que devem ser vigiados. Amam a caça como uma imagem da guerra e, na ocorrência de várias solenidades, há nas praças públicas divertimentos de que participam homens a pé e a cavalo. Nesses divertimentos, nunca falta a música, etc. De bom grado, perdoam as ofensas e os erros dos inimigos, e, depois da vitória, costumam beneficiá-los. Mas, quando, por lei da necessidade, devam arrasar muralhas ou decepar cabeças, o decreto é posto em execução no mesmo dia da vitória. Depois, continuam a prodigalizar toda sorte de benefícios e dizem que não se deve combater um inimigo para exterminá-lo, mas para torná-lo melhor. Se, entre eles, surge uma altercação por injúrias ou outra causa (pois quase não conhecem disputas que não sejam de honra), o primaz e os magistrados punem o culpado secretamente, quando o ato que constitui a afronta tenha resultado de um primeiro ímpeto de cólera. Se a injúria consiste em palavras, esperam o dia da batalha, dizendo que se deve lançar a ira contra o inimigo; considera-se, então, que defendeu a melhor causa e a verdade aquele que na guerra deu mostra de maior valor. O outro cede. Mas, as penas são

sempre proporcionais à culpa. Não se permite nunca que os ódios se prolonguem até ao duelo, o qual, além de destruir o poder dos tribunais, é também injusto, porque expõe a sucumbir a parte que tem razão. Assim, na Cidade do Sol, quem se julga imerecedor de injúria e afirma ser melhor do que o adversário, tem a faculdade de prová-lo na guerra pública.

G. M. — Isso é de grande vantagem, porque, evitando os ódios particulares, impede a formação de partidos nocivos à pátria, assim como as causas de guerras civis, das quais, tão freqüentemente, como em Atenas e em Roma, surge um tirano. Peço-lhe, agora, que me fale do trabalho.

ALM. — Já lhe disse que eles têm em comum a arte militar, a agricultura e a pecuária. Todos têm obrigação de conhecer essas artes julgadas nobilíssimas, de forma que quem exerce maior número é considerado possuidor de maior nobreza, e quem chegou a maior nobreza e a maior perfeição em alguma delas, é eleito mestre. As artes mais fatigantes obtêm maior estima, como a do artífice, a do pedreiro, etc. Ninguém se recusa a exercitá-las, porque a elas se aplicam pela particular tendência revelada na infância, e também porque o trabalho é distribuído de modo que nunca possa ser nocivo à pessoa, mas, ao contrário, deva torná-la e conservá-la melhor. As

mulheres exercem as artes menos pesadas. Todos devem ser hábeis na natação, e reservatórios especiais de água foram preparados não longe da cidade. Já o comércio é descurado, embora conheçam o valor das moedas e fabriquem dinheiro, com o qual os embaixadores e os exploradores possam prover à subsistência nos países estrangeiros. À Cidade do Sol costumam chegar comerciantes das diferentes partes do mundo, que compram dos solares o supérfluo. Os habitantes não recebem dinheiro, mas trocam com as mercadorias de que precisam, sendo que, muitas vezes, também as compram com moedas. Mas, de todo o coração, riem-se os meninos solares ao verem tanta abundância de coisas deixadas por tão poucas bagatelas; não se riem, porém, os velhos. A fim de que a cidade não seja corrompida pelos maus costumes dos servos e dos estrangeiros, fazem todo comércio nos portos, vendendo os prisioneiros de guerra ou mandando-os para fora da cidade a cavar fossas e para outros trabalhos fatigantes. Para a guarda dos campos, são continuamente expedidos, juntamente com os cultivadores, quatro manípulos de soldados, cada um dos quais sai por uma das quatro portas da cidade, que dão para o mar por estradas construídas de tijolos, de forma que as coisas e os forasteiros tenham mais fácil ingresso na cidade. Estes são tratados com gentileza e magnificência. Vivem, por três dias, a

expensas públicas. Ao primeiro encontro, lavam-lhes os pés e os conduzem, depois, para a cidade, onde lhes dão lugar na assembléia e à mesa, assistidos e servidos por pessoas especiais. Quando desejam tornar-se cidadãos solares, são provados por um mês no campo, por outro na cidade. Se então se decidem e a admissão é aceita, verificam-se juramentos e cerimoniais.

Grandemente valorizada é a agricultura: cada palmo de terra dá lucro. Estudados os ventos e as estrelas, saem eles, deixando poucos montando guarda à cidade, para arar, semear, escavar, sachar, ceifar, vindimar, acompanhados de trompas e tímpanos, e em brevíssimo tempo é terminado todo o trabalho, economizando, com a arte, tempo e fadigas. Usam carros munidos de velas, que servem mesmo quando sopra vento contrário, graças a um admirável aparelhamento de rodas, e, quando falta o vento, é bellissimo ver como um único animal puxa um imenso e pesadíssimo carro. Enquanto isso, os manípulos que guardam o território vão saindo ao redor e alternando-se freqüentemente. Não fazem uso dos adubos e da lama para fertilizar os campos, pois acham que estes corrompem as sementes e produzem cereais malsãos, enfraquecendo e abreviando a vida, da mesma forma que as mulheres que, sem ser belas por exercício, mas por artifício, dão à luz filhos lânguidos e raquíticos. Por isso, não põem nada sobre a terra



e as trabalham com assiduidade, sendo que, de um livro chamado Geórgica<sup>(50)</sup>, aprendem os segredos que se requerem para um pronto nascimento e uma feliz multiplicação das sementes. Trabalha-se somente a porção de terra que baste para as necessidades dos cidadãos, ficando o restante para o pasto dos animais.

Em grande estima é tida, igualmente, a nobre arte que se relaciona com a reprodução e a criação de bois, cavalos, ovelhas, etc. Não mandam ao pasto os garanhões, juntamente com as éguas, mas, quando ocorre, emparelham-nos no átrio das estrebarias campestres, observando o Sagitário em bom aspecto com Marte<sup>(51)</sup> e Júpiter<sup>(52)</sup>. Para o gado bovino, observam o Taurus, para as ovelhas o, Aries, etc., segundo a doutrina. A família dos animais domésticos se acha sob as Plêiades<sup>(53)</sup>. As mulheres, com prazer, conduzem os patos e os gansos ao pasto, fora da cidade, onde há lugares em que os encerram, havendo outros onde podem preparar queijo, manteiga e toda espécie de laticínios. Dão também alimento a um grande número de capões, etc., aperfeiçoando-se em tudo isso pela leitura de um livro chamado Bucólica<sup>(54)</sup>. Possuem de tudo com fartura, desejando cada qual mostrar-se o primeiro no trabalho, que não fatiga e é útil. Seus ânimos são dóceis e, assim, obedecem a quem preside aos misteres e o chamam de rei. Nem esse nome lhes desagrada,

pois é criação dos habitantes solares, que não o entendem à maneira dos ignorantes. Você, decerto, se maravilharia ao ver a ordem com que aqueles homens e mulheres, indistintamente, procedem sob a obediência do rei. E o fazem sem o ressentimento que se verifica entre nós, considerando-o um pai ou um irmão mais velho. Possuem bosques e florestas abundantes em feras e animais para o exercício da caça.

A arte náutica é muito apreciada. Possuem navios, alguns dos quais, mediante um admirável artifício, viajam sem velas e sem remos. Conhecem o curso das estrelas, o fluxo e o refluxo do mar. Navegam para adquirir novos conhecimentos sobre os povos, os países e as coisas. Não ofendem ninguém, mas também não toleram injúrias, só brigando quando agredidos. Dizem que o mundo alcançará tanta sabedoria que todos os homens viverão como eles. Admiram a religião cristã e esperam, neles e em nós, a confirmação da vida dos apóstolos. Estreitaram alianças com os chineses e com várias nações insulares e continentais, como Sião, Calicuta, Cochinchina, etc., o que facilita as explorações. Fabricam fogos artificiais para batalhas em terra e no mar, e possuem o segredo de uma infinidade de estratagemas. Eis porque saem da guerra quase sempre vitoriosos.

G. M. — Coisa gratíssima me faria você falando dos alimentos e das bebidas, e como e quanto tempo vivem eles.

ALM. — Sua doutrina é que se deve, primeiro, prover à vida do todo e, depois, à das respectivas partes. Por isso, ao construírem a cidade, trataram de ter propícias as quatro constelações de cada um dos quatro ângulos do mundo, as quais, como já se disse, se observam também na concepção de cada indivíduo, porque dizem que Deus atribuiu causas a todas as coisas, devendo o sábio conhecê-las, usá-las e não abusar delas.

Nutrem-se de carnes, manteiga, mel, queijo, tâmaras e legumes de diferentes espécies. Houve uma época em que não queriam matar os animais, parecendo-lhes isso uma ação bárbara, mas, ao considerarem que também é crueldade extinguir plantas que gozam de sentido e vida própria, para não morrerem de fome, concluíram que as coisas ignóbeis foram criadas para beneficiar as mais nobres. E é assim que, no presente, se alimentam de todos os animais, mas, na medida do possível, poupam os mais úteis, como os bois e os cavalos. Fazem distinção entre alimentos sãos e nocivos, e, quanto à escolha, deixam-se dirigir pelo médico. A alimentação é continuamente mudada por três vezes: primeiro, comem carne; depois, peixe; por fim, legumes. Então, recomeçam com a carne, de forma que o

hábito não enfraqueça as forças naturais. Os alimentos de fácil digestão são dados aos velhos. Estes comem três vezes ao dia e parcamente; duas vezes, a comunidade; e quatro, as crianças, segundo ordena o médico. Em geral, vivem cem anos, sendo que não poucos também duzentos. São de extrema temperança no que diz respeito às bebidas. Os jovens menores de dezenove anos não bebem vinho, a não ser quando o requeiram razões de saúde. Depois dessa idade, misturam-no com água. Só aos cinqüenta anos é permitido bebe-lo puro. As mesmas regras são válidas para as mulheres. Os alimentos variam segundo as estações, seguindo-se sempre, a esse respeito, o conselho do protomédico. Julgam que não são nocivos quando usados na estação em que Deus os produz e desde que não se abuse da quantidade. Por isso, no verão, alimentam-se de frutas, porque são úmidas, succulentas e frias, em defesa da secura e do calor da estação; no inverno, comem alimentos secos; no outono, grande quantidade de uvas, concedidas pelo céu contra a bilis negra e a melancolia. Gostam muito de usar substâncias aromáticas. De manhã, ao levantar-se, penteiam os cabelos e com água fria lavam as mãos e o rosto. Depois, esfregam os dentes, ou mastigam hortelã, salsa ou erva-doce (os velhos, incenso). Em seguida, voltando-se para o Oriente, recitam breve oração semelhante à ensinada por Jesus Cristo. Depois, saem em

vários grupos, pondo-se uns aos serviço dos velhos, outros entregando-se às funções públicas, etc. Acompanham as lições, depois os exercícios corporais, depois ficam sentados em breve repouso e, por fim, vão jantar.

Escasso é, entre eles o número das moléstias. Não conhecem a gota, a quiragra, a flatulência, pois essas enfermidades provêm do ócio ou da intemperança, ao passo que eles se livram, com a frugalidade e com o exercício, de toda superabundância de humores. Consideram vergonhoso cuspir ou escarrar, dizendo que esse vício denota pouco exercício ou reprovável preguiça, ou resulta da devassidão ou da gulodice. São, antes, sujeitos às inflamações e ao espasmo seco, em cujo tratamento empregam alimentos sãos e nutritivos. Curam a tísica com banhos mornos, com laticínios, com a amenidade das habitações campestres, com moderado e agradável exercício. A sífilis não pode fazer progressos, porque lavam assiduamente o corpo com vinho, untando-o com óleos aromáticos, de forma que o suor elimina o vapor fétido de que deriva a corrupção do sangue e da medula. A tísica é rara, só muito poucas vezes sofrendo eles de catarros pulmonares, sendo que mal conhecem aquela espécie de asma que provêm da densidade dos humores. Curam as febres inflamatórias com beberagens de água fria, e as efêmeras com densos caldos aromáticos, ou com

o sono, a música e a alegria. Contra a terça, usam emissões de sangue, ruibarbo ou água, dentro da qual fervem raízes de ervas purgativas e ácido. Finalmente, curam as quartãs pregando sustos, ou tratando-as com ervas de natureza oposta à quartã e com outras coisas semelhantes, tendo me mostrado vários segredos contra as mesmas. Consagram maior estudo à cura das febres contínuas, que são as que mais temem, e se esforçam por cortá-las estudando as estrelas e as ervas, e elevando preces ao céu. As febres quintãs, sextãs, oitãs, quase não existem, pela ausência, entre eles, de temperamentos ignavos. Conservam o asseio e a robustez do corpo com o uso de banhos, de óleos, como entre os antigos romanos, e de outros oportunos segredos de sua descoberta, muito úteis também contra a epilepsia, pela qual são freqüentemente molestados.

G. M. — Essa doença é indício de engenho invulgar, pois a tiveram os homens mais célebres, como Hércules<sup>(55)</sup>, Scot<sup>(56)</sup>, Sócrates, Calímaco<sup>(57)</sup> e Maomé.

ALM. — Eles a combatem com preces e, em seguida, revigoram o sistema nervoso da cabeça com substâncias ácidas ou excitantes, como sopas substanciosas condensadas com flor de farinha de trigo.

Grande é a sua habilidade no preparo dos petiscos. Misturam noz moscada, mel, manteiga e vários aromas corroborantes. Corrigem o excesso de gordura introduzindo ácidos. Não bebem água gelada pela neve, nem artificialmente aquecida como os chineses. Quando é necessário favorecer o calor natural contra a exuberância dos humores, usam alho amassado, timo, hortelã, basilicão e, sobretudo, exercícios corporais. Conhecem, enfim, o segredo de renovar a vida, de sete em sete anos, sem dores e com meios suaves e portentosos.

G. M. — Até agora, você não disse nada sobre as ciências nem sobre os magistrados.

ALM. — É verdade, mas, vendo-o tão curioso, acrescentarei outras coisas. A cada lua nova e a cada lua cheia, depois do sacrifício, convocam a assembléia, da qual participam os maiores de vinte anos, podendo cada um expor o que julga faltar à república e dizer se os magistrados desempenham bem ou mal suas funções. De oito em oito dias, congregam-se também os magistrados: primeiro Hoh e com ele a Potência, a Sapiência e o Amor. Cada triúnviro preside a três magistrados, que, imediatamente depois dele, têm a seu cargo a suma direção das artes. Formam, assim, um total de treze. Nessa reunião especial, tomam parte, igualmente, os instituidores do exército, isto é, os decuriões, os centuriões, etc.,

homens e mulheres, que conjuntamente elegendos os magistrados, apenas indicados pela assembléia geral, e tratam de tudo quanto ocorre na república. Além disso, Hoh e os três triúnviros consultam-se diariamente sobre o que é preciso fazer, corrigindo, confirmando e pondo em execução as decisões da grande assembléia, bem como provendo a toda sorte de necessidades. Ao criar um magistrado, nunca recorrem à sorte, salvo em caso de dúvida na escolha. Todos os funcionários podem ser substituídos de acordo com a vontade do povo, excetuados os quatro primeiros. Estes, depois de uma conferência, cedem os cargos aos que julgam de maior engenho e de costumes mais puros. Tão dócil é a sua índole e tão grandemente amam a república que os cedem sem sombra de ressentimento e se fazem discípulos do mais digno. Mas, isso raríssimas vezes acontece.

G. M. — E que me diz dos juizes?

ALM. — Já estava pensando nisso. Todo indivíduo é julgado pelo supremo Mestre de sua arte. Os primeiros artífices são todos juizes e punem com o exílio, a pancada, a desonra, a privação da mesa comum, a interdição ao templo, a proibição das mulheres. E, quando os excessos são muito graves, punem também com a morte. Pagam olho por olho, nariz por nariz, dente por dente, de acordo com a lei de talião<sup>(58)</sup>, mas



somente quando a culpa tenha sido voluntária e precedida de reflexão; em outros casos, a sentença é suavizada, não pelo juiz, mas pelos três triúnviros, que levam o recurso também ao Hoh, não por motivos de justiça, mas apenas para obter graça, uma vez que só ele pode perdoar. Não possuem cárceres, a não ser uma torre destinada à reclusão dos inimigos, rebeldes, etc. Não se escreve o libelo vulgarmente chamado processo, mas se apresentam ao juiz e à Potência o acusado e as testemunhas. O primeiro pronuncia a sua defesa e, em seguida, o juiz o condena ou o absolve; havendo apelação para o triúnviro, a condenação ou absolvição sai no dia seguinte. No terceiro dia, Hoh concede a graça ou firma irrevogavelmente a sentença; nesse caso, o culpado se reconcilia com o acusador e com as testemunhas, dando-lhes um abraço e um beijo, como nos médicos salvadores de sua moléstia. Não querendo contaminar a república, agem sem litores ou carrascos, morrendo cada condenado pela mão do povo, que o mata ou lapida, mas sempre precedido do acusador e das testemunhas. A alguns se concede a escolha do gênero de morte, sendo que quase sempre preferem circundar-se de saquinhos de pólvora, e então, acendido o fogo, morrem assistidos por pessoas que os exortam a terminar bem: toda a cidade, amargurada, suplica a Deus que aplaque sua cólera, contristando-se todos por terem sido

constrangidos a amputar um membro arruinado do corpo da república. Esforçam-se, igualmente, com discursos, por persuadir o culpado de desejar e aceitar a morte. Quando não possam induzi-lo a isso, e desde que não se trate de culpa contra a liberdade pública, ou contra Deus ou os supremos magistrados, a sentença não é executada; é, porém, cumprida sem misericórdia quando a condenação foi motivada por um desses três delitos.

A religião permite que o moribundo exponha as razões pelas quais não deveria perecer e obriga-o a revelar as culpas dos outros, bem como as faltas dos magistrados, afirmando que todos estes, mais do que ele, merecem a morte, e isso em presença do povo e se assim parece à sua consciência. Se as suas razões prevalecem, é condenado ao exílio, e, com preces e sacrifícios, é purificada a cidade. Não molestam, contudo, os citados pelo culpado, limitando-se a admoestá-los. Os pecados de fragilidade e de ignorância são punidos com a desonra ou a obrigação de mais severa castidade, ou ainda pela advertência aos culpados de que devem mostrar-se mais diligentes e disciplinados na ciência ou arte contra a qual pecaram. É preciso saber, além disso, que quando um culpado, prevenindo a acusação, se descobre espontaneamente aos magistrados, pedindo castigo, fica livre da pena do delito oculto, a qual é transformada em outra,

quando não tenha sido acusado. Usam de grandes cautelas para impedir a calúnia, sendo todo caluniador submetido à pena de talião. Convivendo sempre em grande número, é requerido, como prova de um delito, o testemunho de cinco pessoas. Sem isso, o acusado, após o juramento, é deixado livre, sendo-lhe feitas, porém, admoestações e ameaças. Bastam três testemunhas e até duas para ser duplamente punido, quando é a segunda ou a terceira vez que a acusação é levada ao juiz. As leis desse povo são poucas, breves, claras, escritas sobre uma tábua de bronze pendente dos intervalos das colunas do templo, nos quais também se vêem, escritas em estilo metafísico e brevíssimo, as definições da essência das coisas, que são Deus, os Anjos, o Mundo, as Estrelas, o Homem, o Destino, a Virtude, etc., na verdade com grande critério. Há ainda as definições de todas as virtudes, cada uma das quais tem um juiz próprio com assento numa cadeira dita tribunal e colocada debaixo da coluna que traz a definição da Virtude que deve julgar. Voltando-se para o culpado, diz o juiz: "Filho, pecaste contra esta santa definição; contra a beneficência, a magnanimidade, etc. Lê..." E, após a discussão, recebe a pena merecida pelo seu mau procedimento. As condenações são verdadeiras e seguras medicinas, sentindo eles mais o amor do que o castigo.

G. M. — Desejaria que você me falasse, agora, dos sacerdotes, dos sacrifícios, da religião e das outras crenças.

ALM. — Todos os primeiros magistrados são sacerdotes, sendo Hoh o supremo. O seu papel é purificar as consciências. Todos os cidadãos, mediante a confissão auricular, revelam aos magistrados as próprias culpas, e estes, nesse mister de purificar as almas, ficam conhecendo os vícios mais freqüentes do povo. Depois, também os magistrados confessam aos três triúnviros as próprias faltas e expõem mesmo as compreensíveis, sem citar o nome de nenhuma, mas confusamente, bem como as que mais prejudicam a república.

Por fim, os triúnviros revelam ao Hoh as próprias faltas e as dos outros. Dessa forma, conhecidos todos os erros que se praticam na cidade, Hoh pode aplicar-lhes os remédios oportunos. Em seguida, oferece sacrifícios e preces a Deus, e publicamente, no templo, confessa do alto do altar, perante o Onipotente, as culpas de todo o povo. Só o faz, porém, quando o julga necessário e calando sempre os nomes dos pecadores. Depois, absolve o povo, admoesta-o a precaver-se contra as culpas citadas, oferece um segundo sacrifício a Deus e termina suplicando-lhe que perdoe, ilumine e proteja a cidade. Uma vez por ano, os chefes das cidades sujeitas,

juntamente com os próprios, confessam as faltas dos seus concidadãos em presença do Hoh, a fim de que este, conhecendo-as, dê remédio aos males das províncias.

O sacrifício é feito da seguinte forma. Hoh pergunta ao povo congregado qual, dentre tantos, está disposto a sacrificar-se por seus confrades, e o mais perfeito se oferece. Então, feitas as preces e as cerimônias, é colocado sobre uma tábua quadrada, à qual, por meio de fivelas, se ligam quatro cordas, que descem por quatro roldanas presas na muralha da pequena abóbada. Depois de suplicar a Deus misericordioso que se digne aceitar aquele sacrifício humano e espontâneo, não brutal e involuntário como entre os gentios, Hoh manda que as cordas sejam puxadas, e a vítima, alcançando o centro da pequena abóbada, aí se abandona às mais fervorosas preces. Os sacerdotes que habitam ao redor subministram-lhe a alimentação por uma janela, mas em pouca quantidade, a fim de que seja completa a purificação da cidade. Depois de trinta ou quarenta dias, aplacada a cólera de Deus com preces e jejuns, ele ou se faz sacerdote, ou então, o que raríssimas vezes acontece, volta ao primeiro estado, mas descendo pelo caminho externo dos sacerdotes. Passa esse homem a gozar da estima e do amor universais, pois não hesitou em morrer pelo bem da pátria. Deus não quer a morte de quem quer que seja. Os sacerdotes que, em

número de vinte e quatro, habitam o alto do templo, cantam salmos a Deus, quatro vezes ao dia, isto é, à meia-noite, ao meio-dia, de manhã e à tarde. Consiste o seu principal empenho em estudar as estrelas, os seus movimentos com os astrolábios, e observar a sua influência e relação com as coisas humanas. Conhecem ainda as mudanças que se verificam ou que devem verificar-se em determinada região e numa época determinada, tomando em consideração tanto as predições comprovadas como as que falharam, por meio de exploradores enviados aos países indicados. Isso permite que, depois de repetidas experiências, façam predições sem receio de enganar-se. Determinam a hora da geração, os dias da sementeira, da vindima, da colheita, tornando-se quase que internúncios, intercessores e liames que unem os homens a Deus, sendo que quase todos os Hoh são tirados dentre eles. Além disso, escrevem os fatos dignos de história e se esforçam pelo aperfeiçoamento de todas as ciências. Só descem para o jantar e para a ceia. Raríssimas vezes têm relações com as mulheres e unicamente a título de medicina. Hoh sobe diariamente, a fim de consultá-los sobre o que descobriram e estudaram em benefício de todas as nações do universo.

Há sempre um homem do povo no templo, a rezar diante do altar, sendo substituído por outro depois de uma hora, como costumamos fazer na

solenidade das quarenta horas. Esse modo de orar é chamado sacrifício perpétuo. Depois das refeições, rendem graças a Deus com sons musicais, e cantam os feitos dos heróis cristãos, hebreus, gentios e de todas as nações, fazendo isso com imenso prazer, pois não têm ódio a nenhum povo. Cantam também hinos ao amor, à sapiência e a todas as virtudes. Sob a direção do próprio rei, cada um escolhe a mulher que mais lhe agrada, e, entre os peristilos, se exercitam em honesta e jocunda dança. As mulheres trazem os longos cabelos unidos, formando uma única trança, com a qual circundam a cabeça, e os homens fazem um topete no meio da testa e cortam todos os outros cabelos ao redor, usando uma espécie de capuz redondo, um pouco mais alto do que a cabeça.

No campo, cobrem a cabeça com chapéus; na cidade, com barretes brancos, vermelhos e de várias outras cores, conforme a arte ou o ofício. Os magistrados os possuem maiores e mais bem guarnecidos. Com grande solenidade, celebram os dias de festa, que transcorrem quando o sol entra nos quatro gonzos do mundo: o Câncer, a Libra, o Capricórnio e o Áries. São representadas, então, ações instrutivas e quase cômicas. São também dias de festa os plenilúnios e os novilúnios, assim como o aniversário da fundação da cidade, de uma vitória, etc., que se celebram com sons de trompas e de tímpanos e com cantos feminis. Os

poetas cantam os louvores dos mais ilustres guerreiros. Todavia, quem mentir, mesmo no elogio, será punido. Não é considerado digno da nobre arte poetar quem, nas suas fantasias, faz entrar a mentira, sendo esse abuso julgado uma das maiores pestes do gênero humano, pois tira o prêmio à virtude para oferecê-lo muitas vezes ao vício, e quase sempre por temor, ambição, adulação ou avareza. Não se erigem estátuas em honra de ninguém, a não ser depois da morte. Quem, porém, descobrir novas artes, ou revelar segredos de grande utilidade, ou ainda fizer relevantes benefícios civis ou militares, obtém, mesmo em vida, a inscrição no livro dos heróis. Os despojos dos defuntos não são enterrados, mas queimados, para não darem origem a pestes e se converterem em fogo, matéria nobre e viva que desce do sol para tornar a subir ao sol; e também para impedir toda razão de idolatria.

Sempre que fazem suas orações, voltam-se para os quatro ângulos do mundo. De manhã, olham primeiro para o oriente, depois para o ocidente, depois para o meio-dia. Só recitam uma prece, pela qual pedem sanidade de corpo e de mente, felicidade para si e para todos os povos, e terminam: “Como melhor parecer a Deus”. Mas, a prece pública dura muito tempo e se eleva ao céu. O altar é redondo, indo-se a ele por quatro caminhos que se cruzam em ângulos retos. Hoh mostra-se sucessivamente a cada um e, depois,



prostrando-se, reza com os olhos voltados para o céu. Essa cerimônia é tida como um grande mistério. As vestes pontificais assemelham-se, pela beleza e magnificência, às de Aarão<sup>(59)</sup>. Imitam a natureza e tornam maravilhosa a arte.

Dividem o tempo segundo o ano tropical e não arbitrariamente, mas cada ano notam quanto um antecipou o outro. Crêem que o sol se aproxima cada vez mais da terra e, percorrendo círculos cada vez menos amplos, chega, no ano presente, aos trópicos e aos equinócios, mais depressa do que no passado.

Contam os meses pelo curso lunar e os anos pelo solar, só os pondo de acordo no décimo nono ano, quando a cabeça do dragão termina o seu curso. Fundaram, assim, uma nova, astronomia. Louvam Tolomeu<sup>(60)</sup> e admiram Copérnico<sup>(61)</sup>, embora lhes anteponham Ariatarco<sup>(62)</sup> e Filolau<sup>(63)</sup>. Dizem, porém, que um observa com pedrinhas e o outro com favas, mas nenhum conforme à verdade. Dão-lhes, pois, um valor ideal e não real. Dedicam a esse estudo a mais séria aplicação. Reputam-no de absoluta necessidade para se conhecer como é composto e construído o mundo e se este deve ou não acabar. Acreditam plenamente no oráculo de Jesus Cristo sobre a futura aparição de sinais no sol, na lua e nas estrelas. Há tolos que, na sua ignorância, dão a essas coisas o nome de fábulas, mas se

surpreenderão com o último dia do mundo como com o ladrão noturno. Esperam, portanto, a renovação do século e, talvez também o seu termo.

Dizem que reina grande obscuridade sobre a origem do mundo, não se sabendo se foi feito do nada ou das ruínas de outros mundos ou do caos, mas julgam verosímil e mesmo certo que tenha sido feito e não seja eterno. Desprezam, assim, a opinião de Aristóteles, que eles chamam de lógico e não de filósofo. Das anomalias astronômicas, deduzem numerosos argumentos contra a eternidade do universo. Não adoram, mas honram o sol e as estrelas como coisas vivas, estátuas e templos de Deus, e altares animados do céu. Antes de qualquer coisa criada, estimam o sol, mas não consideram nenhum digna do culto de Láfria<sup>(64)</sup>. Este é reservado exclusivamente a Deus, e a ele somente servem, a fim de que, pela lei de talião, não caiam sob a tirania e a miséria. No sol, contemplam a imagem de Deus, chamando-o de excelso rosto do Onipotente, estátua viva, fonte de toda luz, calor, vida e felicidade de todas as coisas. Seu altar foi erigido à semelhança do sol, e nele os sacerdotes adoram Deus, imaginando no céu um templo, nas estrelas altares e casas habitadas por anjos bons, nossos intercessores junto a Deus, que mostra sobretudo no céu a sua beleza, e no sol o seu troféu e estátua.

Negam os excêntricos e os epiciclos de Tolomeu e de Copérnico. Afirmam que o céu é único e que os planetas se movem e elevam por forças próprias quando se aproximam e se unem ao sol, levantando-se mais devagar e devendo percorrer um círculo cada vez mais amplo. Professam mil outras opiniões astronômicas, quase todas em oposição com as que vulgarmente se conhecem.

Atribuem às coisas terrestres dois princípios físicos: o sol-pai e a terra-mãe. Dizem que o ar é uma porção impura do céu; que o fogo deriva plenamente do sol que o mar provém do suor da terra ardente e fusa, constituindo um meio de união entre o ar e a terra, da mesma forma que o sangue o é entre os espíritos e os corpos animais. Acreditam ser o mundo um grande animal, vivendo nós no seu ventre como os vermes no nosso, e, por isso, não pertencemos à providência própria das estrelas, do sol e da terra, mas somente à de Deus, porque, em relação a estas, entendidas para outro escopo, somos apenas uma sua amplificação, tendo nascido e estando vivendo por acaso; mas, em relação a Deus, do qual as coisas são instrumentos, fomos criados com preciência e ordem, destinando-nos a um grande fim. Por conseguinte, somente a Deus devemos gratidão como a um pai, e somente Deus deve ser por nós reconhecido como autor e concessor de todas as coisas.

Crêem na imortalidade da alma e, depois da saída do corpo, na sua associação com os anjos bons ou maus, conforme as ações da vida presente, e isso porque as coisas semelhantes amam os seus semelhantes. Diferente da nossa é a sua opinião sobre os lugares das penas e dos prêmios. Duvidam da existência de outros mundos além do nosso. Consideram mentecapto quem afirmar que existe o vácuo, pois dizem que este não pode existir nem dentro nem fora do mundo, uma vez que Deus, ente infinito, não pode tolerar consigo um vácuo. Recusam, contudo, conceber um infinito corpóreo.

Admitem dois princípios metafísicos: o Ente, que é o Deus supremo, e o Nada, que é a falta de entidade, no termo da qual fisicamente se produz alguma coisa, porque não se faz o que existe e, portanto, não existia o que foi feito. É assim, pois, do Ente e do Nada que o ser finito toma a sua essência. Da mesma forma, da tendência ao não ser se originam o mal e o pecado. O pecado tem, pois, uma causa de deficiência e não de eficiência. Por causa deficiente, entendem eles a falta de potência, ou de sapiência, ou de vontade. Somente nesta última colocam o pecado, pois quem sabe e pode fazer o bem deve igualmente querê-lo, nascendo a vontade das duas primeiras e não aquelas desta. Adoram Deus na trindade, o que causa admiração, mas dizem eles que Deus é Suma Potência, da qual procede a Suma

Sapiência, que é também Deus, e de ambas o Amor, que é Potência e Sapiência, embora o procedente não tenha a essência daquilo de que procede e não retrocede. Não possuem, todavia, como os cristãos, noções distintas das três pessoas citadas, pois V não tiveram revelações, mas reconhecem em Deus procedimento e relação própria a se, dentro de se e por se. Todos os seres, portanto, derivam sua essência da Potência, da Sapiência e do Amor, enquanto têm existência, e da Impotência, da Ignorância e do Desamor, enquanto participam do não-ser. Pelas primeiras, adquirem mérito, e, pelas segundas, pecam, ou com ofensas contra o costume e a arte que derivam de todas três, ou somente do terceiro, da mesma forma que uma natureza especial peca por ignorância e impotência quando produz um monstro.

De resto, tudo isso é preconhecido e ordenado por Deus, inimigo de todo nada e força potentíssima, sapientíssima e ótima. Ente nenhum que não peque em Deus pecará fora de Deus; mas, fora de Deus, é impossível sair, mas somente de nós, quer no que nos diz respeito, já não por causa dele, quer no que a ele diz respeito, porque em nós há deficiência e em Deus eficiência. O pecado é, por conseguinte, ato de Deus enquanto não tem entidade, e só a deficiência em que consiste a essência do pecado

está dentro de nós e é obra nossa, que tendemos, por uma força de desordem, ao não-ser.

G. M. — Irra, que são bem profundos!

ALM. — Oh! se me lembrasse de tudo, se não estivesse pensando na partida e se não receasse nada, poderia dizer-lhe coisas muito mais admiráveis, mas perderei o navio se não me apressar em ir-me embora.

G. M. — Suplico-lhe, primeiro, que me responda a esta única pergunta: que dizem eles do pecado de Adão<sup>(65)</sup>?

ALM. — Confessam sinceramente que há muita iniquidade no universo. Os homens não são governados por superiores e verdadeiras razões, vivendo infelizes e sem escutar os bons. Triunfam os perversos, se bem que eles considerem miserável esse triunfo, não havendo nada de mais vão e de mais desprezível do que querer mostrar-se aquilo que na realidade não se é ou não se merece ser, como tantos que se chamam reis, sábios, guerreiros ou santos. Argumentam ainda que há, por causa ignorada, uma grande desordem nas coisas humanas. E, quanto às primeiras, inclinam-se a crer, com Platão, que os mundos celestes sofreram, outrora, uma revolução do atual Ocidente para a parte agora chamada Oriente, dirigindo-se depois para a parte oposta. Acrescentam ser possível que o

governo da terra, com permissão do Deus Supremo, tenha sido confiada a divindades inferiores. Mas, consideram tolice afirmá-lo de um modo absoluto, e tolice ainda maior asseverar que, primeiro, com a máxima eqüidade, tenha reinado Saturno<sup>(66)</sup>, com menor Júpiter, e depois, sucessivamente, os outros planetas. Não obstante, confessam que a idade do mundo é regulada de acordo com a série dos planetas, e acreditam que com as mutações dos astros, depois de 1.000 ou 1.600 anos, poderão as coisas passar por grandes mudanças. Dizem que a idade presente parece dever atribuir-se a Mercúrio, conquanto modificada pelas grandes conjunções e repetições das anomalias que possuem uma força fatal. Afirmam, finalmente, que feliz é o cristão que se contenta em acreditar que toda essa revolução se tenha originado do pecado de Adão. Opinam também que os pais transmitem aos filhos mais o mal da pena que o da culpa. Esta pode ser atribuída pelos filhos aos pais, quando estes tenham descuidado a geração ou a tenham exercitado fora de tempo e lugar, ou então quando não se tenham tido em vista a escolha e a educação dos genitores, os quais, se produziram mal os filhos, ainda pior os instruirão. Toda a atenção é, pois, por eles dedicada à geração e à educação, e dizem que tanto a culpa dos pais como a pena dos filhos redundam em dano para a república, como o

provam, na atualidade, todas as cidades que, cheias de miséria, se degradaram ao ponto de chamarem felicidade aos próprios males, sem nunca terem conhecido o verdadeiro bem, o que levaria a crer que o universo é governado pelo acaso. Mas, quem estuda a construção do universo e a anatomia do homem (por eles freqüentemente praticada nos cadáveres dos condenados), assim como os planetas, os animais e a função de cada uma de suas partes, deve confessar em voz alta a sabedoria e a providência de Deus. É, pois, um dever do homem consagrar-se inteiramente à religião e humilhar-se continuamente perante o próprio autor, o que só é possível e fácil para quem estuda e conhece as obras deste, obedecendo às suas leis e pondo em prática a sentença do filósofo: “Não faças aos outros o que não queres que te façam; e o que queres que te façam, faze-o aos outros.” Dessa forma, nós que pretendemos dos filhos e dos homens bens e honras em troca de poucas vantagens que lhes concedemos, devemos dar a Deus tudo, porque dele tudo temos recebido, e estamos nele e com ele. Glória, pois, a Deus por todos os séculos dos séculos.

G. M. — Na verdade, assim como essa gente, que apenas conhece a lei natural, se aproxima tanto do cristianismo, o qual às leis da natureza só acrescentou os sacramentos (que conferem força ao seguir fielmente aquelas), assim também



eu deduzo um grande argumento em favor da religião cristã, como sendo a única verdadeira e que, eliminados os abusos, deverá dominar todo o universo, de conformidade com o que ensinam e esperam os mais eminentes teólogos. E, a esse propósito, dizem eles que os espanhóis descobriram um novo mundo (embora a primeira glória se deva a Colombo<sup>(67)</sup>, esplendor de Gênova), a fim de que todos os povos se associem sob a mesma lei. Esses filósofos foram, portanto, eleitos por Deus, em testemunho da verdade. Bem sei que ignoramos o que nós próprios fazemos, mas, como somos todos instrumentos de Deus, servimos aos seus fins, do mesmo modo que aquele que, por ambição de riquezas, sai em busca de novas regiões. Altíssimos são, pois, os fins de Deus. O sol tende a incendiar a terra e não a produzir homens e plantas, mas Deus utiliza sua luta para tais produções. A ele, por conseguinte, rendamos louvores e glórias.

ALM. — Oh! se você soubesse quantas coisas aprenderam da astrologia e também dos nossos profetas acerca do século vindouro! Dizem eles que, em nossos dias, num período de cem anos, acontecem mais fatos dignos de história do que nos quatro mil anos do mundo anterior, e que maior número de livros foram publicados neste último século do que nos cinquenta passados. Não cessam de elogiar a invenção da imprensa, da pólvora e da bússola, sinais particulares e, ao

mesmo tempo, instrumentos da união de todos os habitantes do mundo num só ovil. Essas maravilhosas invenções, acrescentam, verificaram-se quando uma grande conjunção se realizou no triângulo de Câncer, na ábside de Mercúrio e de Scorpio, sob a influência da Lua e de Marte, poderosos nesse triângulo para as novas descobertas marítimas, os novos exércitos e os novos reinos. Quando, porém, e não custará muito, a ábside de Saturno entrar no Capricórnio, a de Mercúrio no Sagitário, a de Marte na Virgem, após as primeiras e grandes conjunções e a aparição de uma nova estrela em Cassiopéia<sup>(68)</sup>, surgirá uma nova monarquia, verificar-se-á a plena reforma das leis e das artes, entender-se-ão os profetas e, no universo plenamente regenerado, a santa nação ver-se-á cumulada de toda sorte de bens. Mas, antes, será preciso abater e desenraizar, para depois edificar e plantar... Peço-lhe, porém, que me deixe partir, pois que, fora daqui, me chamam mil afazeres. Saiba somente que eles já descobriram a arte de voar, a única que parece faltar ao mundo. Além disso, consideram próxima a descoberta de instrumentos óticos com os quais serão descobertas novas estrelas e de instrumentos acústicos tão perfeitos que com eles se chegará a escutar a música dos céus.

G. M. — O quê? ha! ha! ha! Você fala muito bem, mas me parece que essa gente astrologiza

demais. Como podem as estrelas fazer e saber tanto? O que lhe digo é que tudo, na terra, sucede na ocasião determinada por Deus.

ALM. — Também eles me responderam que Deus é a causa imediata de todas as coisas, mas só como causa universal e não particular, primitiva e não secundária. Porque Deus não come quando Pedro come; não rouba quando Pedro rouba, se bem que derivem dele a essência e a faculdade de poder comer e roubar, como causa imediata da qual depende toda outra mais particular que modifica a imensidade da ação divina.

G. M. — Oh ! como raciocinam bem! Os nossos doutores escolásticos, sobretudo São Tomaz, dizem o mesmo contra os filósofos maometanos, que professam opinião contrária.

ALM. — Dizem, portanto, que Deus atribuiu causas universais e particulares a todo efeito, sendo que as particulares não podem agir sem que ajam as universais. Do mesmo modo que uma planta não florescerá se o sol não aquecê-la de perto. Os tempos são, pois, efeitos das causas universais, isto é, das celestes. Por conseguinte, todos nós procedemos segundo procede o céu. As causas livres servem-se do tempo em favor próprio e, às vezes, também pelo bem das outras coisas. Porque o homem, com o fogo, força as

árvores a florescer, e, com a lâmpada, na ausência do sol, ilumina a própria casa. As causas naturais agem, pois, no tempo. Da mesma maneira que algumas coisas se fazem de dia e outras de noite, algumas no inverno e outras no verão, na primavera ou no outono, e isso tanto por causas livres como naturais, assim também outras coisas se fazem neste ou num futuro século. E, como a causa livre não é obrigada a dormir quando é noite, nem a se levantar quando chega a manhã, mas age de acordo com as próprias conveniências, aproveitando-se das alterações dos tempos, também não é obrigada a descobrir o arcabuz ou a tipografia, quando se realizam grandes sínodos no Câncer, nas monarquias quando em Áries, etc. Nem podem acreditar que o Sumo Pontífice tenha proibido a astrologia aos cultíssimos cristãos, mas somente aos que abusam dela para adivinhar os atos do livre arbítrio e os acontecimentos sobrenaturais, enquanto que as estrelas, em relação às coisas sobrenaturais, não passam de sinais e, em relação às coisas naturais, só agem como causas universais, não passando de ocasiões, convites, tendências. O sol, ao nascer, não nos obriga a sair da cama, mas apenas nos convida a fazê-lo, oferecendo-nos para isso todas as comodidades, ao passo que a noite impede, com mil incômodos, que nos levantemos, sendo comodíssima para dormir. Agindo, pois, indiretamente e ao acaso

sobre o livre arbítrio, ao mesmo tempo que agem sobre o corpo e sobre a sensibilidade corpórea inerente aos órgãos corpóreos, é a mente excitada pelos sentidos ao amor, ao ódio, à ira e a todas as outras paixões, dependendo então do homem assentir ou opor-se à paixão despertada. Assim é que as heresias, as carestias, as guerras preindicadas pelas estrelas, muitas vezes se verificam na realidade, porque muitos homens se deixam governar, não pela razão, mas pelos apetites sensuais, dando lugar a essas coisas que acontecem contra a razão, embora também sucedam, freqüentemente, por terem obedecido racionalmente a uma paixão, como quando se alimenta uma justa cólera para empreender uma guerra justa.

G. M. — Você continua a raciocinar direito, e de suas opiniões participam o já citado São Tomaz e o nosso Sumo Pontífice, que antepõem a astrologia à medicina, à agricultura e à náutica, O mesmo sucede com os prognósticos conjecturais a propósito dos atos arbitrários, sendo a última opinião admitida por todos os escolásticos. Mas, tendo aumentado a malícia e verificando-se abusos, proíbem não as conjecturas, mas o prognóstico conjectural, e não porque seja sempre falso, mas porque, muitas vezes, ou mesmo sempre, se torna perigoso. É por isso que os príncipes e os povos que se dedicam excessivamente à astrologia costumam imaginar

males e tentar bens impossíveis, como o provam Arbace<sup>(69)</sup>, Agátoteles<sup>(70)</sup>, Druso<sup>(71)</sup>, Arquelau<sup>(72)</sup>. Com o tempo, também veremos coisas semelhantes, em razão do prognóstico de Tycho<sup>(73)</sup>, e o que é mais lamentável, muitos príncipes serão enganados por charlatães. Inúmeros crédulos em tais conjecturas ousam mil iniquidades contra os nossos Pontífices.

ALM. — Os solares, porém, dizem que se deve proibir tudo quanto é falso ou perigoso, podendo ser instrumento de renovação da idolatria, de destruição da liberdade ou de subversão da ordem política. Afirmo-lhe, ao contrário, que os solares já descobriram o modo de evitar a ação do Fado Sidéreo. Uma vez que toda arte só nos é concedida por Deus em nosso benefício, quando está iminente um eclipse infausto, um cometa maléfico, etc., eles encerram o ameaçado dentro de casas brancas, impregnando o ambiente de aromas e de vinagre rosado, acendem sete velas de cera aromatizada e acrescentam alegre música e divertidas conversações. Dessa forma, são destruídos os germes pestilenciais emanados do céu.

G. M. — Irra essas coisas são todas medicinas excelentes e bem aplicadas: o céu age sobre o corpo, devendo sua ação ser corrigida por antídotos corpóreos. Não me agrada, porém, o número das velas, como se a virtude de curar

residisse em determinado número, coisa que cheira a superstição.

ALM. — Dão, decerto, valor aos números, apoiando-se na filosofia pitagórica, não sei se com razão. Mas, não se baseiam unicamente no número, e sim na medicina acompanhada de números.

G. M. — Nisso, não vejo superstição e não conheço escritura nem canhão eclesiástico que condene a força dos números. Ao contrário, os médicos costumam utilizá-los nos períodos e nas crises das moléstias. Além disso, está escrito que Deus fez todas as coisas com peso, medida e número, tendo em sete dias criado o mundo; sete são, também, os anjos que tocam as trompas; sete as taças; sete os trovões; sete os candelabros; sete os mistérios; sete os sacramentos; sete os dons do Espírito, etc. Eis porque Santo Agostinho, Santo Hilário<sup>(74)</sup> e Origenes<sup>(75)</sup> raciocinaram longamente sobre o valor dos números, sobretudo dos números sete e seis. Não serei eu que irei condenar os solares por se fazerem médicos segundo os signos celestes e por defenderem o livre arbítrio. Com as sete velas, imitam eles os sete planetas do céu, como Moisés com as sete candeias. Além disso, Roma sentenciou que só é superstição atribuir-se todo poder exclusivamente aos números, e não às

coisas numeradas. Mas, continue, agora, o discurso interrompido.

ALM. — Dizem eles, pois, que os signos femininos trazem a fecundidade às regiões a que presidem, da mesma forma que um governo menos robusto nas coisas inferiores, causando e ocasionando, traz a alguns comodidade ou incomodidade, tirando-as de outros. A prova disso é que o governo das mulheres prevaleceu em nosso século: nove amazonas apareceram entre a Núbia e a Monopotapa, e na Europa vimos reinar Roxana na Turquia, Boa na Polônia, Maria na Hungria, Elisabete na Inglaterra, Catarina na França, Branca na Toscana, Margarida na Bélgica, Maria na Escócia, Isabel, que favoreceu a descoberta do Novo Mundo, na Espanha. Além disso, é pelas mulheres que um grande poeta do nosso século inicia o seu canto: *e donne, i cavalier, l'armi, gli amori*<sup>(76)</sup>. Os poetas maldizentes e os hereges, em virtude do triângulo de Marte na casa dominante de Mercúrio e da influência de Vênus e da Lua, falam sempre de coisas obscenas e apaixonadas, enquanto os homens, efeminando-se cada vez mais nos atos e na voz, se tratam por Vossa Senhoria. Na África, onde reina a influência de Câncer e de Scorpio, além das amazonas, vêem-se, em Fez e em Marrocos, lupanares de homens e muitas outras coisas infames a que o clima convida, mas não obriga. Ora, não obstante, o trígono de Câncer



(pois está no trópico, formando uma triplicidade no apogeu de Júpiter, do Sol e de Marte), como de outra parte a Lua, Marte e Vênus, favoreceu a descoberta de novos impérios, a possibilidade de fazer a volta ao mundo e o governo das mulheres, e, por Mercúrio e Marte, a descoberta da tipografia e do arcabuz, sem contar que deu aos homens causa, ou antes, ocasião para grandes modificações nas leis, sempre sob a providência de Deus, que os convida ao bem quando não tenham destruído essas inclinações. Os solares revelaram-me coisas admiráveis sobre o consenso das coisas celestes com as terrestres e com as morais, bem como sobre a difusão do cristianismo no Novo Mundo, a sua estabilidade na Itália e na Espanha, e a sua ruína na Alemanha setentrional, na Inglaterra, na Escandinávia e na Panônia<sup>(77)</sup>. Mas, não quero repetir asses prognósticos, pois que, sapientemente, o nosso Papa os proibiu. E, ao mesmo tempo que Xerifos<sup>(78)</sup> e Sofos<sup>(79)</sup> introduziam modificações na África e na Pérsia, Wiclef<sup>(80)</sup>, Huss<sup>(81)</sup> e Lutero<sup>(82)</sup> atacavam a religião entre nós, enquanto os Mínimos<sup>(83)</sup> e os Capuchinhos<sup>(84)</sup> a ilustravam. Disseram-me como do próprio movimento do céu se serviam alguns para o bem e outros para o mal, se bem que as heresias sejam incluídas pelo Apóstolo entre as obras da carne e subordinadas às influências sensíveis exercidas por Marte, por Saturno e pela

Terra, graças à vontade que espontaneamente a eles se submete. Acrescentarei apenas que os solares descobriram a arte de voar e outras artes sob a constituição da Lua e de Mercúrio, graças à ábside do Sol, pois que essas estrelas têm influência no ar para a arte do vôo. E o que produzem nas regiões aquosas pelo nado, fazem-no, nas regiões equatoriais, no ar, pelo vôo, graças à posição da Terra e ao lugar de mais sol. Descobriram, assim, uma nova astronomia, porque no outro hemisfério, do equador ao austro, na cana do Sol, há o Aquário, na da Lua o Capricórnio, etc. Tomaram em sentido contrário todas as influências e signos, porque naquelas regiões os signos têm outro nome e os planetas não se distribuem como nas nossas e nas regiões polares. Não repetirei o que aprendi daqueles sábios sobre as mutações das ábsides e a excentricidade e obliquidade dos equinócios, dos solstícios e dos pólos, dos signos celestes e dos entrecruzamentos pelos quais agem no espaço imenso da máquina do mundo; nem sobre as relações simbólicas das nossas coisas com as que estão fora do nosso mundo; nem sobre a revolução que se seguirá à grande conjunção no Áries e na Libra, signos equinociais do restabelecimento das monarquias, e que se verificará com grande estupor após a grande conjunção que confirmará o decreto de quem estabeleceu a mutação e a renovação da terra.

Mas, não me faça demorar mais, pois tenho muitas outras coisas que fazer e você sabe quantos afazeres tenho a meu cargo. Por ora, basta saber que eles não destroem, mas, ao contrário, edificam o sistema do livre arbítrio. E dizem que do mesmo modo que um eminente filósofo, por quarenta horas cruelmente atormentado por seus inimigos, que não conseguem nunca arrancar-lhe da boca uma palavra sobre o que perguntam, porque intimamente resolveu calar-se, assim também as estrelas que se movem à distância e com lentidão não podem constranger-nos a nenhum ato contra a nossa vontade, como não podem governar-nos, nem por obrigatório decreto de Deus, pois somos tão livres que podemos blasfemar contra o próprio Deus. Deus não força a si nem aos outros contra si. Pode Deus, acaso, ser dividido? Mas, como as estrelas operam nos sentidos algumas insensíveis e ligeiríssimas modificações, sucede que sofrem sua influência sobretudo os que obedecem mais aos sentidos do que ao raio divino da razão. Eis porque a mesma constelação que traz fétidos vapores das mandíbulas cadavéricas dos hereges também serve para produzir fragrantex exalações das retas inteligências dos que fundaram as religiões dos Jesuítas<sup>(85)</sup>, dos Irmãos Mínimos e dos Capuchinhos. Foi também sob a sua influência que se deu a descoberta do novo

hemisfério com que Colombo e Cortez<sup>(86)</sup> abriram nova arena à propagação da religião cristã.

Agora, estão iminentes no mundo grandes acontecimentos, cuja exposição reservo, porém, para melhor oportunidade.

G. M. — Responda ao menos a esta única pergunta: como é que, sem velas e sem remos, põem eles os navios em movimento?

ALM. — Há na popa uma grande roda em forma de leque, presa à extremidade de uma vara que, equilibrada do lado oposto por um peso nela suspenso, pode ser facilmente levantada e abaixada por um menino. Todo o mecanismo se move sobre uma prancha sustentada por duas forquilhas. Além disso, alguns navios são postos em movimento por duas rodas que giram dentro d'água por meio de cordas que partem de uma grande roda posta na proa e, entrecruzando-se, circundam as rodas da popa. Posta em movimento, sem dificuldade, a grande roda faz girar as pequenas mergulhadas na água, à semelhança da pequena máquina de que se servem as mulheres calabresas para enrolar e fiar o linho.

G. M. — Espere, espere um instante.

ALM. — Não posso, não posso.

# QUESTÕES SOBRE A ÓTIMA REPÚBLICA

## ARTIGO PRIMEIRO

Se é com razão e utilidade que se acrescenta à doutrina política o diálogo da Cidade do Sol.

Mais dificuldades militam contra a razoabilidade e a utilidade de uma tal república.

1o. — Do que nunca existiu, nem existirá, nem se espera que exista, é inútil e vão tratar. Semelhante modo de viver em comum, inteiramente isento de delitos, é impossível, nem nunca se viu, nem se verá. Foi, pois, inutilmente que nos ocupamos com isso. Do mesmo argumento usava Luciano<sup>(87)</sup> contra a república de Platão.

2o. — Essa república só pode subsistir numa cidade e não num reino, pois não se podem encontrar lugares inteiramente semelhantes. Dessa forma, será corrompida pelos povos

sujeitos, pelo comércio ou pelas sedições que irromperem contra tão austera maneira de viver.

3o. — Essa república foi imaginada ótima e perene. Ora, em primeiro lugar, não poderá ser perene, porque necessariamente acabará se corrompendo ou sendo invadida pela peste proveniente do longo domicílio, não estando livre do vento, da guerra, da carestia, das feras, e não podendo escapar à tirania interna, ou, finalmente, pelo excessivo número de cidadãos, como dizia Platão da sua república. Em segundo lugar, não poderá ser ótima, pois necessariamente haverá delitos, como diz o apóstolo: Si discessimus quia peccatum non habemus, ipsi nos seducimus<sup>(88)</sup>. Além disso, Aristóteles prova, contra Platão, que a comunidade dos bens úteis e das mulheres torna viciosa uma república e, quando nos parece que desapareceu um mal, deparamos em seguida com uma porção.

4o. — Esse modo de viver é mais conforme à natureza que provado pelo uso de todas as nações. O nosso, porém, é repellido por todas, de forma que foi inútil e leviana a nossa palestra.

5o. — Ninguém desejaria viver submetido a leis e observâncias tão severas e sob a tutela dos pedagogos. Essa república seria derrubada pelos

próprios cidadãos, como acontece em muitas ordens religiosas que vivem em comunidade.

6o. — É natural que os homens estudem as obras de Deus, viajem pelo mundo, procurem em toda parte as ciências, façam experiência de tudo. Mas, os habitantes de uma tal república seriam como os monges, que só estudam nos livros e, quando ouvem alguma coisa que não se acha neles, se escandalizam e se perturbam. Assim como agora mal crêem nas observações de Galileu<sup>(89)</sup>, antes não acreditavam que Colombo tivesse descoberto um novo hemisfério, porque Santo Agostinho o nega.

Mas, respondendo primeiro em geral, existe em nosso favor o exemplo de Thomas More, mártir recente, que escreveu a sua república Utopia, imaginária, exemplo no qual encontramos as instituições da nossa. Platão, igualmente, apresentou uma idéia da república que, embora não possa, como dizem os teólogos, ser posta integralmente em prática na natureza corrupta, teria podido, contudo, subsistir no estado de inocência, isto é, justamente aquele ao qual Cristo nos faz voltar. Aristóteles, por sua vez, instituiu a sua república. E assim muitos outros filósofos. Paralelamente, os príncipes promulgam leis que consideram ótimas, não porque imaginem que ninguém as transgredirá, mas porque julgam tornar felizes os que as observam.

E São Tomaz ensina que os religiosos não são forçados, sob pena de pecado, a observar tudo o que é prescrito na regra, mas apenas as coisas mais essenciais, embora fossem mais felizes se a observassem toda: devem viver de acordo com a regra, isto é adaptar sua vida à regra, tão comodamente quanto possível. Moisés promulgou leis dadas por Deus e instituiu uma ótima república: enquanto os hebreus viveram pelas normas da mesma, floresceram; quando deixaram de observar suas leis, decaíram. E assim os retóricos, que estabelecem as ótimas regras de um bom discurso, isento de qualquer defeito. Assim os filósofos, que imaginam um poema sem nenhum senão, se bem que nenhum poeta se tenha livrado disso. Assim os teólogos, que descrevem a vida dos santos, embora nenhum ou muito poucos a imitem. Qual é, pois, a nação capaz de imitar a vida de Cristo, sem pecado? E, por isso, os Evangelhos terão sido escritos inutilmente! Jamais, e sim para que nos esforcemos por nos aproximarmos deles tanto quanto possível. Cristo estabeleceu uma república excelentíssima, isenta de todo pecado, que apenas os apóstolos observaram integralmente, depois passou do povo ao clero e, afinal, exclusivamente aos monges, sendo que, entre estes, persevera em alguns, ao passo que, em outros, vê muito poucos institutos que se conservam em harmonia com a mesma.



Apresentamos, pois, a nossa república, não como dada por Deus, mas como uma descoberta filosófica e da razão humana para demonstrar que a verdade do Evangelho é conforme à natureza. Se, em algumas coisas, nos afastamos do Evangelho, ou parece que nos afastamos, isso não se deve atribuir à impiedade, mas à fraqueza humana, que, à falta de revelação, julga justas muitas coisas que à luz da mesma não o são, como podemos dizer da comunidade dos matrimônios. Foi por isso que imaginamos a nossa república no gentilismo que espera a revelação de uma vida melhor e que, vivendo segundo os ditames da razão, merece possuí-la. Além disso, são catecúmenos da vida cristã, razão que levou Cirilo<sup>(90)</sup> a dizer, contra Juliano<sup>(91)</sup>, que a filosofia foi dada aos gentios como catecismo para a fé cristã. Por conseguinte, para ensinar os gentios a viver retamente, se não quiserem ser abandonados por Deus, e convencer os cristãos de que a vida de Cristo é conforme à natureza, tomamos o exemplo desta república, como São Clemente romano tomou o da república socrática e como fizeram São Crisóstomo e Santo Ambrósio<sup>(92)</sup>.

É, portanto, claro que, com essa maneira de viver, não tendo os magistrados motivos para ambicionar os postos, desaparecem todos os vícios, assim como todos os abusos decorrentes da sucessão, da eleição ou da sorte, pois

estabelecemos uma espécie de república como a dos gruas e a das abelhas, celebradas por Santo Ambrósio. Desaparecem, igualmente, as sedições dos súditos, que decorrem da insolência dos magistrados, da sua licenciosidade, da pobreza, da abjeção e da opressão desenfreadas.

E assim todos os males provenientes dos dois contrários, a riqueza e a pobreza, que Platão e Salomão consideram como a origem dos males da república: a avareza, a adulação, a fraude, os furtos, a sordidez da pobreza; e a rapina, a arrogância, a soberba, a ociosidade, etc., da riqueza.

Assim se destroem os vícios provocados pelo abuso do amor, como os adultérios, a fornicação, a sodomia, os abortos, o ciúme, as discórdias domésticas, etc.

Assim os males que procedem do excesso de amor dos filhos ou dos consortes; a propriedade que elimina, como diz Santo Agostinho, as forças da caridade; o amor próprio que ocasiona todos os males, como diz Santa Catarina num diálogo; a avareza, a usura, a iliberalidade, o ódio do próximo, a inveja dos ricos e dos grandes. Nós, ao contrário, aumentamos o amor da comunidade e acabamos com os ódios despertados pela avareza, raiz de todos os males, e com os conflitos, as fraudes, os falsos testemunhos, etc.

Assim todos os males do corpo e da alma, provenientes do trabalho excessivo para os pobres e do ócio para os ricos. Entre nós, as fadigas são igualmente divididas.

Assim os males oriundos do ócio nas mulheres e que corrompem a geração e a saúde do corpo e do espírito. Entre nós, elas se ocupam com os exercícios e as virtudes que lhes são próprias.

Assim os males que nascem da ignorância e da estupidez. Em nossa república, observa-se uma grande experiência de doutrina em cada coisa e na própria construção da cidade, onde há imagens e pinturas que ensinam, a quem olhá-las, todas as ciências, de forma quase histórica.

Assim se providencia maravilhosamente contra a corrupção das leis.

Finalmente, como evitamos em cada coisa os extremos, reduzindo todas à justa medida na qual se encontra a virtude, não se pode imaginar república mais feliz e mais fácil. Em suma, todos os defeitos que se notam nas repúblicas de Minos<sup>(93)</sup>, de Sólon, de Caronda, de Rômulo<sup>(94)</sup>, de Platão, de Aristóteles e de outros autores, não se encontram na nossa, pois é bem protegida e felizmente provida de tudo, tendo sido deduzida da doutrina das primalidades metafísicas, com as quais nada é esquecido ou omitido.

A primeira dificuldade, segundo a qual não se pode alcançar exatamente a idéia de uma tal república, está, pois, respondido que nem por isso se escreveu inutilmente, porque o que se propõe é um exemplo que deve ser imitado tanto quanto possível. Quanto à sua exeqüibilidade, está ela demonstrada pela vida dos primeiros cristãos, entre os quais se estabeleceu a comunidade ao tempo dos apóstolos, como o atestam São Lucas<sup>(95)</sup> e São Clemente. Em Alexandria, observou-se o mesmo modo de viver, ao tempo de São Marcos<sup>(96)</sup>, como o atestam Filão<sup>(97)</sup> e São Jerônimo<sup>(98)</sup>. Tal foi a vida do clero até Urbano I e também ao tempo de Santo Agostinho. Tal é, agora, a vida dos monges, que S. Crisóstomo, considerando-a possível, deseja que se introduza em toda a cidade de Constantinopla e que eu espero se realize no futuro, depois da ruína do Anticristo, como nas minhas profecias. Mesmo quem a negar aristotelicamente será constrangido a admiti-la como possível no estado de inocência, embora não no presente. Os padres, porém, a consideram praticável mesmo agora, pois Cristo nos reduziu àquele primeiro estado. E, se Luciano, gentio e ateu, ridiculariza Platão por ter imaginado uma república impossível, São Clemente, Santo Ambrósio e São Crisóstomo o louvam. E estes, por sua doutrina e santidade, podem bem antepor-se a mil Lucianos.

Segunda objeção. Atribuimos um tal modo de viver somente à capital. Mas, as aldeias imitarão, depois, esse sistema, parcial ou totalmente, até formarem uma província. Lugares adequados serão encontrados com facilidade e, quando faltarem, variaremos a forma, de modo que, na parte mais alta da cidade, fique o chefe, e nos apêndices semicirculares as habitações. Mas, mesmo no plano, será bom o nosso modelo, desde que não o impeça a lama, que pode ser evitada pelo calçamento das ruas e por aquedutos. Além disso, para que os habitantes não sejam corrompidos pelo comércio, existem no projeto os magistrados incumbidos desse mister. Para evitar as sedições externas, há as fortalezas bem guarnecidas da metrópole e as milícias que se movimentam continuamente para a defesa do império. De resto, servir a probidade da cidade dominante é uma felicidade tão grande como a dos ignorantes ao servirem o sábio e o probo. Cresce mais o império com essa opinião de probidade do que com a força de Roma. Já sob Pompílio, era considerado nefando atacar os inimigos com meios contrários à virtude.

Terceira objeção. Durará até a um dos períodos gerais das coisas humanas que dão origem a um novo século: Porque, quanto à peste, às feras, à fome, à guerra, providenciamos otimamente, na medida do possível, com a virtude, ou, pelo menos o fizemos melhor do que

se costuma fazer fora. Com efeito, os ventos, pelas quatro ruas maiores, purgam a cidade, e onde as casas o impedem, existem as janelas, colocadas de modo que possam fechar-se às más exalações e abrir-se às salubres. Quanto ao número dos habitantes, vede a metafísica. Afirmo que esta é uma via ótima, que deve ser mais cuidada do que a duração.

Certamente, haverá pecados, mas não graves, como nos outros Estados, ou pelo menos não tão grandes ao ponto de arruinarem a república, como acontece com as ordens estabelecidas. Quanto ao que Aristóteles objeta a uma tal república, será desfeito nos artigos subsequentes.

Quarta objeção. Afirmo que essa república, como o século de ouro, é desejada por todos e reclamada por Deus, quando pedimos que a sua vontade seja feita assim no céu como na terra. Se não é praticada, isso se deve à maldade dos príncipes, que submetem os povos a si e não ao império da razão suprema. O uso e a experiência demonstram, pois, a possibilidade do que dissemos, sendo mais natural viver conforme à razão do que ao afeto sensual, e virtuosa do que viciosamente, segundo São Crisóstomo. Os monges são uma prova disso, e agora os anabatistas, que vivem em comum e que, se observassem os verdadeiros dogmas da fé, maior proveito teriam com esse sistema de vida. Se o

céu permitisse que não fossem hereges e praticassem a justiça como a professamos, seriam eles exemplo da sua verdade. Não sei, porém, por que tolice recusam o melhor.

Quinta objeção. E, ao contrário, uma suprema felicidade viver virtuosamente, como diz São Crisóstomo, e se cometes uma falta, logo a corriges, antes de sofrer-lhe os efeitos. A licenciosidade é a causa dos males, sendo feliz a necessidade que nos força ao bem. A nós, habituados ao mal, é que nos parece duro esse gênero de vida, como aos jogadores e aos discolos a vida dos bons cidadãos, e a estes a vida dos monges. Mas, experimentai, e vereis que os religiosos nunca se revoltam pela severidade da disciplina, e, quando isso acontece, é pelo comércio dos laicos, pela ambição das honras e o amor da propriedade, ou pela libidinagem. Mas, em nossa república, foram previstas e evitadas todas essas causas. Não segue, pois, o exemplo daqueles.

Sexta objeção. Procuramos, igualmente, para a nossa república, fazer tesouro das observações da experiência e da ciência de toda a terra. Para isso, estabelecemos até peregrinações, comunicações de comércio e embaixadas. E nem os monges se privam desses bens mudando muitas vezes de cidade e de província, nem a ignorância da experiência se verifica nos melhores

monges, umas somente nos vulgares. Suas querelas são um meio de melhor discutir as coisas; depois que se esclarecem, ficam tranqüilos todos os virtuosos. Não acharás nenhum lugar em que mais se tenha feito pela doutrina e a conservação das ciências do que nas ordens dos monges e dos frades. Quanto aos monges antropomorfitas<sup>(99)</sup>, que se insurgiram contra Orígenes por instigação do maligno patriarca Teófilo, nada obtiveram depois de um exato exame. É claro, porém, que tais sedições não se verificarão na Cidade do Sol. O monaquismo<sup>(100)</sup> foi instituído para o aumento da santidade e da ciência, e não para agravar a submissão, como pretendem os hipócritas.



## **ARTIGO SEGUNDO**

Se é mais conforme à natureza e mais útil à conservação e ao aumento da república e dos particulares a comunidade dos bens externos, como sustentam Sócrates e Platão, ou a divisão defendida por Aristóteles.

Primeira objeção. Contra a comunidade dos bens, no segundo livro da Política, argumenta Aristóteles deste modo: nessa comunidade, diz ele, ou os campos seriam próprios e os frutos comuns ou vice-versa, ou ainda comuns tanto uns como os outros. No primeiro caso, quem tivesse mais terra deveria trabalhar mais para cultivá-la e obter uma parte de frutos igual à dos que não trabalhassem, o que provocaria discórdias e ruína. No segundo caso, ninguém seria estimulado ao trabalho e os campos seriam mal cultivados, porque cada qual pensaria mais em si do que nas coisas comuns. Com efeito, onde há uma multidão de servos, o serviço é pior, cada qual deixando para o outro o trabalho que deveria fazer. No terceiro caso, aconteceria o mesmo e, além disso, um novo mal, pois cada qual desejaria ter a melhor e a maior parte dos

frutos e a menor das fadigas, de maneira que, em lugar da amizade, só haveria discórdia e fraude.

Segunda objeção. Contra a comunidade dos bens úteis, objeta-se que são necessárias mais classes de pessoas para o bom governo da república, como soldados, artífices e governadores, segundo Sócrates; que, se todas as coisas fossem comuns, cada um recusaria as fadigas da agricultura e desejaria ser soldado, sendo que, em tempo de guerra, preferiria ser agricultor, além de não combater sem estipêndio; que, em suma, todos quereriam ser regedores, juizes ou sacerdotes. Dessa forma, honrando alguns, deprimir-se-iam os outros, cabendo aos primeiros menor trabalho, de forma que subsistiria a injustiça. Por conseguinte, é melhor dividir os bens.

Terceira objeção. A comunidade destrói a liberalidade e a faculdade de praticar a hospitalidade, de socorrer os pobres, porque quem nada possui de seu de nada pode dispor.

Quarta objeção. É uma heresia negar a justiça da divisão dos bens, sustentada por Santo Agostinho contra os que tinham em comum as mulheres e os bens, sob a alegação de que assim viviam os apóstolos. Scot, no livro *De Justitiae et Jure*, diz que o concílio de Constança<sup>(101)</sup>, condenou João Huss por negar que se pudesse

ter alguma coisa em particular. E Cristo disse: Reddite que sunt Caesaris Caesari<sup>(102)</sup>.

Em resposta, replicamos, em geral, com as palavras do papa São Clemente na epístola 4, citadas por Graciano<sup>(103)</sup> no cânone 2, questão I: “Caríssimos, o uso de todas as coisas que estão neste mundo devia ser comum; por iniquidade, porém, um diz que isto é seu, outro aquilo, etc.” E acrescenta que os apóstolos ensinaram e viveram de modo que tudo fosse comum, inclusive as mulheres. Assim ensinam, igualmente, todos os padres, ao comentarem o princípio do Gênesis, segundo o qual Deus não distribuiu nada e deixou tudo em comum aos homens, para crescerem, multiplicarem-se e povoarem a terra. E também assim ensina Isidoro<sup>(104)</sup>, no capítulo do jus natural. Quanto a terem os apóstolos vivido dessa maneira, como todos os cristãos primitivos, vê-se por São Lucas, São Clemente, Tertuliano, Crisóstomo, Agostinho, Ambrósio, Filão, Orígenes e outros. Esse sistema de vida restringiu-se, depois somente aos clérigos que viviam em comum, como o atestam eles próprios e São Jerônimo, Próspero<sup>(105)</sup>, o Papa Urbano e outros. Mas, sob o papa Simplício, mais ou menos no ano 470, foi feita pelo mesmo a divisão dos bens da Igreja, de forma que uma parte coubesse ao bispo, outra à fábrica, outra ao clero e uma aos pobres. Mais tarde, Gelásio, papa pouco depois, e Santo Agostinho não quiseram

ordenar clérigos, porque estes punham tudo em comum. Mas, em seguida, para evitar os hipócritas que ocultavam o que era seu, isso foi permitido, mas não de bom grado. É, pois, uma heresia condenar a vida comum ou dizê-la contra a natureza. Ao contrário, Santo Agostinho pensa que tomar a propriedade é uma razão de maior esplendor. Assim, quer para a vida presente, quer para a futura, é melhor a comunidade dos bens. E São Crisóstomo informa que esse gênero de vida existiu entre os monges e ele o adota, insinuando-o e pregando-o a todos. Ensina ainda, na homília, ao povo da Antióquia<sup>(106)</sup>, que ninguém é dono dos seus bens, mas apenas despenseiro, como o é o bispo dos da igreja, sendo culpável todo laico que abusa dos seus bens sem comunicá-los aos outros. Diz São Tomaz que somos donos da propriedade, não do uso, pois que, em extrema necessidade, todas as coisas são comuns. Por isso, se refletires bem, uma tal propriedade é antes um tributo pela obrigação de reconhecer a má distribuição, o que é, aliás, confirmado por São Basílio no sermão aos ricos e por Santo Ambrósio no sermão 81. São Crisóstomo inculca-o em quase todas as suas homilias e, particularmente, no capítulo 6, sobre São Lucas, onde se acham estas palavras: *Nemo dicat proprio a Deo percipimus omnia: mendacii verba sunt meum et tuum*<sup>(107)</sup>. O mesmo afirma Sócrates na República de Platão ou de Timeu<sup>(108)</sup>,

o mesmo Santo Agostinho no tratado 8o. sobre João, e o mesmo o poeta Cristiano:

Si duo de nostris tollas pronomina rebus,  
Proelia cessarent, pax sine lite foret.<sup>(109)</sup>

Ovídio<sup>(110)</sup>, nas Metamorfoses, I, põe esse sistema de vida no século de ouro. Ambrósio, na carta L, sobre o salmo 118, diz: Dominus noster terras hanc possessionem omnium hominum voluit esse communem; sed avaritia possessionum jura distribuit<sup>(111)</sup>. E, no livro de Virg., diz que a violência, o morticínio e a guerra distribuíram as coisas aos hebreus carnais, e não aos levitas<sup>(112)</sup>, que representavam o cristianismo e o clero. São Clemente, mais tarde, afirma que isso se deve à iniquidade dos gentios. O mesmo Santo Ambrósio, no livro I dos Ofícios, capítulo 28, prova, com a escritura e com a autoridade dos historiadores, que todas as coisas eram comuns, tendo sido divididas por usurpação; e, no Hexam, V, ensina, com o exemplo da república civil das abelhas, a vida em comum, tanto dos bens como da geração, e, com o exemplo dos grus, desenvolve a vida comum numa república militar. Jesus Cristo prova o mesmo com o exemplo dos pássaros, que não possuem nada de próprio, nem semeiam, nem ceifam, nem dividem o pasto; no entanto, como diz o jurisperito, jus naturale est id quod natura omnia animalia

docuit<sup>(113)</sup>. É, pois, certo que, por direito natural, todas as coisas são comuns.

Scot, no 4 das sentenças 15, responde que a comunidade é de direito natural no estado de natureza, tendo sido tal direito derogado com o pecado de Adão. Falsa, porém, é essa resposta, porque, como diz São Tomaz, o pecado não destrói os bens de natureza, mas apenas os de graça. Isso ofende a natureza e a razão, mas não introduz um novo direito; portanto, se a comunidade era de direito, só a injustiça poderia ter introduzido a divisão. Eis porque também a glosa sobre o texto de São Clemente diz que esta foi introduzida per iniquitatem, idest per jus gentium contrarium juri naturali<sup>(114)</sup>. Mas, como pode ser um direito, se é contrario à natureza, que é a arte divina? Nesse caso, o direito seria um pecado. Scot responde que isso se deve à iniquidade, isto é, ao pecado original, mas esse comentário é falso, porque como explicará ele as palavras de Santo Ambrósio, que diz ter sido a divisão introduzida pela avareza e pela violência? De resto, São Clemente diz que os apóstolos nos fizeram voltar ao estado de jus natural, de onde resulta que o que foi iniquidade o é também agora, Caetano ensina que se tratava de uma comunidade natural negativa, isto é, que a natureza não ensinou a divisão, e não afirmativa, como se tivesse dito que se vivia em comum e não de outro modo. E Scot, como de costume, adere a

essa opinião, mas acrescenta: “Como é, então, que a divisão provém da iniquidade e da avareza, como ensinam os santos, se a comunidade no estado de natureza era apenas negativa?” Por isso, com mais razão ainda, ensina São Tomaz que o uso comum é de direito natural, sendo a distribuição e a aquisição da propriedade de direito positivo. E essa divisão não pode ser contrária à natureza, porque essa propriedade é, no caso, de necessidade, e, em tudo o que sucede, o necessário se torna comunidade, como ensina ao falar das esmolas, e tudo o que excede as necessidades da pessoa e da natureza deve ser dado, pois de outra forma não seriam condenados no dia do juízo os que não aliviaram os necessitados. E, embora essa doutrina de São Tomaz pareça justificar, até certo ponto, a divisão, só lhe reconhece, contudo, o direito de distribuir e de aliviar, de onde se conclui, segundo a doutrina de São Crisóstomo, Basílio, Ambrósio e do papa Leão (ser. V, de Collectis), que os ricos são distribuidores e não donos das coisas; que, se são senhores, só o são de distribuir e dar, como os bispos da parte da Igreja; que, por conseguinte, a parte de que são senhores se limita à comida e ao vestuário. E essa parte a possuem também os monges, como lhas atribui e prova o papa João XXII nas Extrav. Uma vez que o monge e o apóstolo comem de direito e não injustamente, têm eles igualmente o

uso de direito e não somente de fato, já que este último direito o tem o ladrão quando come as coisas de outrem. Scot acha que esse papa errou, tendo assim decidido pelo ódio contra os franciscanos<sup>(115)</sup>, pois os pontífices Clemente V e Nicolau III concedem aos franciscanos somente o uso de fato, não de direito, como um convidado à ceia come somente de fato e não de direito. Mas, Scot se engana e injustamente condena um papa, pois os pontífices por ele citados não destroem o direito de jus natural, mas apenas o direito positivo, e também São Tomaz pensa que, nas coisas que se destroem com o uso, não se pode distinguir o uso do domínio, como se vê no tratado do usufruto das coisas que se consomem com o uso (livro 2). Eis porque esses pontífices não se contradizem entre si, como ensina João XXII, mas, ao contrário, é herege quem nega o uso de direito aos apóstolos e a Cristo, porque então não teriam comido de direito, mas injustamente, como o ladrão. O ladrão tem o direito de fato, mas na necessidade tem também o direito natural. De tudo isso resulta a solidez da doutrina dos santos contra os tolos que põem a boca no mundo. O convidado come de direito e o seu título é a doação, não menor que o título de venda. Mas, pergunto: São os ricos obrigados a restituir o supérfluo? a quem? aos pobres ou à república? Respondo que à república e aos pobres, mas, para não haver lugar para disputa,



porque não adquiriram um direito positivo, digo que a Deus, a quem deverão prestar contas no dia final, como ensinam São Basílio<sup>(116)</sup>, Ambrósio e Leão.

Por conseguinte, com a nossa república, são tranqüilizadas as consciências, eliminada a avareza, raiz de todo mal, bem como as fraudes cometidas nos contratos, os furtos, as rapinas, a indolência e a opressão dos pobres, a ignorância que invade também os engenhos mais bem formados, porque fogem à obrigação quando pretendem filosofar, e as preocupações inúteis, as fadigas, o dinheiro que mantém os negociantes, a iliberalidade, a soberba e os outros males produzidos pela divisão: o amor próprio, as inimizades, as invejas, as insídias, como já se mostrou. Distribuindo-se as honras segundo as aptidões naturais, evitam-se os males causados pela sucessão, pela eleição e pela ambição, como ensina Santo Ambrósio falando da república das abelhas. É assim seguimos a natureza, que é ótima mestra, como no caso das abelhas. A eleição de que fazemos uso não é licenciosa, mas natural, sendo eleitos os que se distinguem pelas virtudes naturais e morais.

Respondendo agora, em particular, à primeira objeção, digamos que Aristóteles erra espontaneamente e de má fé, pois também para Platão os fundos, os frutos e as tarefas são

comuns. Em nossa república, as tarefas são distribuídas pelos magistrados das artes, segundo a capacidade e a força de cada um, e executadas pelos chefes das artes com toda a multidão, como se vê no texto. Nada pode ser usurpado de alguém, nutrindo-se todos à mesa comum e recebendo a roupa do magistrado do vestuário, segundo a qualidade e as estações e conforme à saúde. E é também o que se verifica entre os monges e os apóstolos. Portanto, Aristóteles tagarela inutilmente. Não era o caso de examinar, no texto, o modo de distribuição das roupas segundo as estações, o trabalho, a arte, a execução, etc., nem ninguém encontrará nisso dificuldade, pois todas as coisas são feitas com razão, de forma que cada um gosta de fazer aquilo que é conforme à sua disposição natural. E é justamente o que se pratica na nossa república.

À segunda objeção, responde-se que cada um, desde a infância e segundo as disposições naturais, é aplicado pelos magistrados às várias artes, e quem quer que por experiência e por doutrina se revele ótimo é preferido na arte para a qual é idôneo. Dessa forma, só os que forem excelentes podem tornar-se supremos magistrados, de acordo com a ordem observada no texto. Portanto, nem o soldado desejaria tornar-se capitão, nem o agricultor sacerdote, pois os cargos são distribuídos segundo a experiência e a doutrina, não por favor ou

parentesco, mas adequados aos conhecimentos. E cada um exerce a profissão no ramo em que se distingue. Os primeiros magistrados não podem honrar uns e reprimir outros; não governando arbitrariamente, mas seguindo a natureza, dão a cada um a profissão conveniente. Como não possuem nada de próprio para poderem violar o direito alheio com o fim de engrandecer os filhos, convém-lhes agir bem para serem honrados. Eis porque, considerando-se todos como irmãos, filhos e parentes, um igual amor se mantém por todos sem nenhuma distinção. Ninguém combate mediante pagamento, mas por si, pelos filhos e pelos irmãos. Possuindo cada qual com que viver bem, ninguém tem necessidade de estipêndio, mas da honra que obtém dos irmãos por suas ações valorosas. Os romanos, até à guerra de Tarracina<sup>(117)</sup>, combateram sem estipêndio e porfiavam em morrer pela pátria; vindo, porém, o amor da propriedade, principiou a faltar a virtude. Salústio e Santo Agostinho ensinam que eles alcançaram tanto império por amor à comunidade. Citado por Salústio<sup>(118)</sup>, diz Catão: *Publicae opes et privata paupertas, foris justum imperium, intus indicendo animus liber, neque formidini neque cupiditati obnoxius, rem Romanam auxere.* Em nossa república, essas coisas se conservam muito melhores pela comunidade dos bens úteis e honestos, sob a guia da natureza.

Terceira objeção. Tanto Aristóteles como Scot falam inconsideradamente, para não dizer impiamente. Não serão liberais os monges e os apóstolos por não possuírem nada de próprio? A liberalidade não consiste em dar o que se usurpou, mas em pôr tudo em comum, como afirma São Tomaz. Podes ver, no texto, como se honram os hóspedes da república e como se socorrem os miseráveis por natureza, pois não há, entre nós, nenhum miserável por fortuna, de vez que todas as coisas são comuns e todos irmãos, sendo indicados os mútuos ofícios com os quais se mostra a liberalidade. E, se se insistir ainda a esse respeito, direi que transformaram a liberalidade em beneficência, que é superior à primeira.

Quarta objeção. Scot argumenta, como de costume, com púnica fé, pois o próprio Santo Agostinho, no capítulo 4 de haeres, e São Tomaz 2, 2 quest. 66, art. 2, ensinam que são hereges os que dizem não poderem ser salvos os que possuem alguma coisa em propriedade, do mesmo modo que os que sustentam dever usar-se o vago concúbito das mulheres, não porque preguem a comunidade, mas porque constitui maior heresia negar a comunidade, que os apóstolos e os monges observam, do que a divisão. Concedamos, pois, que a Igreja reconheceu a divisão, antes tolerante do que positiva e diretamente. Mas, como diz Santo

Agostinho, foi porque era melhor ter clérigos coxos do que mortos, isto é, proprietários do que hipócritas. E o próprio Scot sustenta, depois, que a divisão foi introduzida em virtude da negligência com que se tratavam as coisas comuns e da cobiça do próprio interesse, cuja raiz sendo má, a divisão não pode ser boa, mas apenas permitida, não desejada pela natureza. Como ousa, pois, chamar de hereges os que seguem a natureza e louvar os que pregam, com Aristóteles, a permissão introduzida pela corrupção? Digamos que a Igreja pode conceder a divisão e permiti-la, do mesmo modo que se toleram as meretrizes como um mal menor e os coxos de preferência aos mortos, no dizer de Santo Agostinho. Por conseguinte, a maneira pela qual a Igreja concedeu a propriedade já foi explicada como tendo sido apenas uma tolerância e não o uso do supérfluo. Alexandre, Alonso, Thomas Valden, Ricardo e o Panormita<sup>(119)</sup> consideram herege quem afirma serem os clérigos verdadeiros donos dos bens da Igreja, e concedem a estes somente o uso. São Tomas dá-lhes apenas o domínio da pequena porção que consomem, pois não passam de usufrutuários dos fundos, não podendo deixá-los aos filhos nem aos amigos. Assim, o que se disse dos laicos o foi superiormente. Os ignorantes estão prontos a chamar de herege todo aquele que eles não podem convencer com razões. A palavra de

Cristo: Reddite quae sunt Caesaris Caesari só torna o mesmo senhor de dispensar, ou de nada, pois nada pertence a César. Que possui ele que não o tenha recebido? Todas as coisas, portanto, são de Deus, sendo César apenas um administrador. Veja-se, na Monarquia do Messias, o que se escreveu a esse respeito. Diz ainda Oristo: Reges gentium dominantur eorum, vos autem non sic, sed qui major est fiat minister. Eis porque, com justiça, São Tomaz prega a propriedade de administração e concede a comunidade do uso. O papa é o servo dos servos de Deus, e o imperador o servo da Igreja.

### **ARTIGO TERCEIRO**

Se a comunidade das mulheres é mais conforme à natureza e mais útil à geração e, portanto, a toda a república, do que a propriedade das mulheres e dos filhos.

A Aristóteles parece mais conveniente a propriedade e nociva a comunidade, à qual opõe:

Primeira objeção. Sócrates pensa que o amor aumentaria entre os cidadãos se cada um considerasse os velhos como seus genitores, estes os jovens como filhos e os iguais como irmãos. Ao contrário, porém, isso destruiria o amor, porque, ou se consideram todos coletivamente, ou é verdade que todos os velhos são pais de todos os jovens, mas, neste caso, o amor de cada velho, em particular, seria bem pequeno em relação àqueles, como uma gota de mel em muita água, e logo se extinguiria, pois ninguém conheceria os próprios filhos e nem estes o seu pai.

Na verdade, se se reunissem os desejos de forma que cada um se considerasse pai de cada um, isso aumentaria o amor, mas é impossível que alguém tenha mais de uma mãe e de um pai.

Além disso, cada um conheceria os próprios filhos pela fisionomia e, portanto, teria mais afeto por estes.

Segunda objeção. Surgiriam discórdias entre as mulheres e, muitas vezes, entre os pais e os filhos incertos.

Terceira objeção. No vago concúbito, não se conhece a prole, e, no entanto, é natural no homem o desejo de conhecer a própria descendência em que se perpetua.

Quarta objeção. Verificar-se-iam adultérios, fornicções e incestos com as irmãs, as mães e as filhas, além dos ciúmes pelas mulheres e das contendias por causa das que se desejassem abraçar.

Quinta objeção. Scot objeta as palavras: *Erunt duo in carne una*<sup>(120)</sup>. Não se podem, pois, ter mais mulheres sem licença divina.

Sexta objeção. A heresia dos nicolaitas consistiu em pôr as mulheres em comum.

Primeiramente, respondamos, em geral, com a autoridade de São Clemente no cânone citado: *Conjuges secundum Apostolorum doctrinam communes esse debere.*<sup>(121)</sup> Como, porém, isso seria contra a honestidade cristã, deve admitir-se a glosa nesta passagem expressa: *Communes quo*



ad obsequium non quo ad thorum.<sup>(122)</sup> E, na verdade, como o atesta Tertuliano, assim viveram os primeiros cristãos, que possuíam tudo em comum, exceto as mulheres para o tálamo, pois é patente que as mulheres serviam a todos. Mas, os nicolaitas introduziram a comunidade no tálamo, e também eu condeno essa heresia, mas sustento a comunidade nas funções, embora não no governo político. Com efeito, a mulher não pode ser magistrado nem ensinar aos homens, mas somente entre as mulheres e no mister da geração. São lhes cometidas as artes que se executam com pouca fadiga, ou ainda a guerra em defesa das muralhas. E lemos que as mulheres espartanas defenderam a pátria na ausência dos maridos, sendo que, entre os animais, as fêmeas se batem como os machos. Na Ásia, outrora, e atualmente na África, as amazonas fazem a guerra. Mas, Caetano, no livro de Pulchro, diz que isso não é conforme à natureza, tanto assim que elas precisavam cortar o seio direito para poderem manejar a lança. Mas, com Galeno<sup>(123)</sup> e talvez com maior fundamento, afirmo que o faziam para que a força que servia para nutrir o seio direito passasse a reforçar o braço direito. E nem o seio direito impede, em absoluto, de manejar a lança, mas apenas de apoiá-la no peito. Além disso, há outras maneiras de combater que convêm às mulheres, como se vê entre os africanos. Aristóteles não pode recusar

esse argumento das amazonas. De resto, não as envolvemos em todos os serviços de guerra, mas somente na defesa das muralhas e nos prontos socorros. Não queremos formar com elas uma república de amazonas, pois nos limitamos a fortificá-las, para servirem à defesa e à prole. Aristóteles rejeita o argumento das fêmeas que combatem entre as feras, sob a alegação de que estas não têm a preocupação das coisas familiares, como sucede com as nossas, que só para isso foram destinadas pela natureza. Engana-se, porém, porque as feras cuidam dos seus filhotes e procuram para eles alimento e defesa. Por outro lado, muitos homens se ocupam com as coisas familiares, como acontece, sobretudo, entre os monges. Não é, pois, contra a natureza, como ele o ensina.

Diremos, ainda, que a comunidade das mulheres para o concúbito não é contra o direito natural, sobretudo como foi estabelecida por nós. Ao contrário, é conforme a ele e, por conseguinte, não é heresia ensiná-la num estado dirigido por puras luzes naturais, depois de conhecido o jus divino e eclesiástico positivo, da mesma forma que não é heresia comer carne todos os dias e ensinar, no estado natural, que isso é útil. Mas, depois da promulgação da lei eclesiástica sobre a proibição de alimento, em certos dias, para a abstinência cristã, é uma heresia fazer uso dela e ensinar que isso é lícito. Prova-se, ainda, que

todo pecado contra a natureza destrói o indivíduo ou a espécie, ou tende a essa destruição, como ensina São Tomaz. Por conseguinte, os assassínios, o furto, a rapina, a fornicação, o adultério, a sodomia, etc., são contra a natureza, porque ofendem o próximo, ou impedem a geração, ou tendem a isso. Mas, a sociedade comum das mulheres não destrói as pessoas, nem impede a geração; e não é contra a ordem, mas, ao contrário, auxilia grandemente o indivíduo, a geração e a república, como se depreende do texto.

Deve, pois, notar-se que há três espécies de vago concúbito.

Uma, pela qual cada um pode ligar-se a quem desejar e como quiser, o que é contra a natureza racional do homem, embora seja normal em alguns animais, como entre os cavalos, os burros, as cabras, etc. Eis porque a natureza providencia para que esses animais só em épocas determinadas sintam os estímulos à geração. Como os homens estejam sempre dispostos para esse fim, poderiam ligar-se com cada uma, enfraquecendo-se continuamente; procurariam todos as mais belas e estas, pela confusão dos semens e pela ação contrária, não conceberiam, como acontece com as meretrizes. Quanto às mulheres feias, excitadas pelo ciúme e pela dor, imaginariam todos os males contra as bonitas.

Por esse motivo, esse vago concúbito é uma heresia e uma impiedade contra a natureza, tendo sido justamente a dos agnósticos<sup>(124)</sup> e dos nicolaitas, bem como de alguns hereges modernos e de alguns religiosos da seita de Maomé na África, que consideram lícito unir-se a cada uma e até em público.

Outro gênero de concúbito vago é o que se segue às núpcias legais, pela ligação em épocas determinadas, nas quais é lícita, nas trevas, a união com quem a sorte oferece. Foi o que se descobriu, recentemente, na Gália e em certas regiões da Alemanha, tendo acontecido que muitos, depois de receberem o sinal, reconheceram que se haviam unido às próprias mães. Esse sistema é, também, contra a natureza e, certamente, contra a lei divina positiva, pois não tem por escopo a geração, mas unicamente a sensualidade. Dessa forma, a união vaga dos animais é ainda melhor, porque os animais geram, não sendo a sua união contra a natureza, de vez que é produzida a prole. Nessas uniões de hereges, ao contrário, a geração é puramente acidental, sendo a luxúria seu único escopo, uma vez que, para a geração, bastam os maridos em casa.

A terceira modalidade de concúbito é, finalmente, a que descrevemos numa sociedade quase natural, na qual só geram os mais

robustos e os melhores, sob a direção dos médicos e dos magistrados, em épocas próprias para geração, de acordo com a astrologia, com temor e obséquio à divindade, e somente depois dos 25 anos e até aos 53. Para as mulheres, prescrevemos também um tempo no qual são para isso mais aptas. Por outro lado, destruimos as uniões inconvenientes, isto é, as que se fazem exclusivamente em atenção às riquezas, das quais a república não obtém prole ou, quando a obtém, é uma prole covarde, disforme e imbecil, como se vê pela experiência e foi notado por Pitágoras, supremo filósofo. Impedimos, igualmente, a debilidade produzida pelo excesso de coito ou pelas moléstias de esterilidade. Com efeito, se uma mulher não concebe com este, pode conceber com aquele, sendo a mudança justamente o que a natureza nos ensina nesse caso. Já o princípio que as nossas leis estabeleceram de que cada um só tenha relações com a própria mulher, mesmo quando esta seja estéril, não pode ser facilmente aprovado pelo filósofo apenas com as luzes naturais. Eis porque me limito a sustentar que os instituidores de uma república sob o regime da comunidade das mulheres não pecam no estado das puras luzes naturais, a não ser que a revelação ensine que assim não se deve praticar. Pela mesma razão, Durando e outros sustentam que nem mesmo a fornicção é contra a lei natural, e muitos

teólogos confessam que a lei positiva não a proíbe. Quanto à opinião de São Tomaz, que a considera contrária à geração e educação, não pode ser sustentada quando se sabe que a mulher é estéril. Todavia, estou de acordo com São Tomaz num ponto: através de longas deduções, é possível prová-lo exclusivamente com a razão, mas não torná-lo conhecido de todos. Assim, Sócrates não pecou bebendo veneno, constrangido pela lei, embora os teólogos provem ser isso um pecado, porque ninguém pode ser obrigado pela lei a agir contra si próprio. Mas, essas sutis deduções, nascidas da luz evangélica, não podiam ser conhecidas pelos antigos filósofos, os quais provaram, ao contrário, que era lícito a alguém matar-se por si, sendo nós os donos da própria vida, como o estimaram Catão, Sêneca<sup>(125)</sup> e Cleômenes. Sustento, por conseguinte, que a comunidade das mulheres, da forma pela qual a consideramos, não é contra o direito natural e, se o é, não pode sabê-lo o filósofo apenas com as luzes naturais. E que isso não se deduz diretamente do direito natural, como conclusão imediata, mas somente como dedução remota e, além do mais, fundada sobre o direito positivo, que pode variar. As razões de Aristóteles não nascem, pois, da natureza da coisa, mas exclusivamente da inveja que ele tinha de Platão, tanto mais quanto ele próprio recorda muitas nações que viveram desse modo. Vem,

igualmente, em nosso apoio, São Tomaz, que, na 2, 2 quest. 154, art. 9, confessa que nenhuma conjugação é contra a natureza, salvo a do filho com a mãe e a do pai com a filha, pois que, segundo Aristóteles, os próprios cavalos a repelem. Eu próprio vi, em Montedoro, um cavalo que não queria unir-se com a mãe. E assim é, não porque não resulte a geração, mas por uma reverência natural. No entanto, segundo o testemunho de Tolomeu, a união com as mães era um costume comum entre os persas. Entre os animais, os galináceos e muitas outras praticam o mesmo. Apesar disso, na república, evitei que as mães se unissem aos filhos e os pais às filhas, embora este último caso seja menos contra a natureza. Também Caetano prova, apoiado no espírito de São Tomaz e na razão natural, que a união com a irmã, ou com os afins e consangüíneos, não é contra o direito natural, mas apenas contra o legal; que é um preceito judicial, não moral, a proibição dos outros graus; que os filhos de Adão se uniram com as irmãs, assim como os patriarcas Abraão<sup>(126)</sup> e Jacó<sup>(127)</sup>, do primeiro dos quais Sara era irmã. E S. Tomaz aduz duas razões dessas proibições, a saber: o respeito aos parentes, para que pudessem viver conjuntamente sem escrúpulo e as amizades se multiplicassem por meio dos matrimônios, e a sensualidade, a fim de que não se tornasse mais doce com o próprio sangue. Segundo Caetano,

essas razões decidiram também da lei cristã. Mas, na república solar, não se verificaram, pois as mulheres moram separadamente e a união só se verifica de acordo com a lei, os tempos e os lugares prefixados. Assim, o que se estabelece na república solar, para evitar a sodomia ou um mal maior, é igualmente estabelecido pela religião cristã, pois o marido pode, sem pecado, servir-se até da mulher grávida, com o fim de extinguir o desejo e não para a geração. Providenciei para que o sêmen não se perdesse e dei todos os preceitos para a conservação da república. Quanto aos demais, não são reprovados pelos próprios filósofos segundo o direito natural, sendo que Aristóteles, em benefício da saúde, recomenda o coito aos que não geram, do mesmo modo que Hipócrates e outros, a fim de evitar males piores.

Respondo, agora, em particular, à primeira objeção. Aquele todos pode ser tomado nos dois sentidos, porque todos, até a uma certa idade, determinada no texto, são pais de todos coletiva e separadamente: o primeiro é verdadeiro segundo o ato natural, o outro segundo a caridade natural. Nem por isso diminui a caridade, mas só a cobiça e a avareza, porque o homem, sob o regime da divisão, tende a amar os próprios filhos mais do que convém e a desprezar os alheios além da medida. Por conseguinte, o homem sábio ama mais os melhores, mesmo que sejam alheios,



e se preocupa mais com os maus, para melhorá-los. Com efeito, é desagradável ver tantas deformidades no gênero humano: horrorizamos os coxos, os cegos, os miseráveis, porque são do nosso gênero e representam a cada um a própria infelicidade. Pela comunidade dos filhos, dos irmãos, dos pais, das mães, providencia-se de modo que diminua o excessivo amor próprio, que é a cobiça, e aumente o amor comum, isto é, a caridade. É por isso que diz Santo Agostinho: *Amputatio proprietatis est augmentum caritatis*<sup>(128)</sup>. E, na verdade, é melhor crer em Santo Agostinho do que em Aristóteles. Com o primeiro está, igualmente, São Paulo<sup>(129)</sup>, que diz: *Caritas non querit quae sua sunt*<sup>(130)</sup>, antepondo as coisas comuns às próprias e não as próprias às comuns. Na união dos monges, observa-se o mesmo: não possuindo nada de próprio, o monge ama a comunidade como o pé a todo o corpo; e, se algo possui, é como um membro amputado ou um pé cortado, só se preocupando com o que é seu. O mesmo acontece na república romana: quando os cidadãos eram pobres e a república rica, todos queriam morrer pela pátria; quando, porém, os cidadãos ficaram ricos, cada qual tornou-se capaz de matar a própria pátria em benefício próprio. Aduz o Apóstolo o exemplo dos membros e do corpo, o mesmo ensinando Ambrósio e Crisóstomo. Por conseguinte, o amor, na comunidade, não seria como uma gota de mel

em muita água, mas como um pequeno fogo, em muita estopa. Porque o amor é uma das primalidades e, por natureza, difusivo como o fogo. Só se é feliz, na sociedade de muitos, pela fama, pela difusão do nome, pela memória e pelo maior número de auxílios que se recebem.

Separadamente, embora filho de um só, cada um pode ser amado por todos os que formam um só na caridade. E é assim que o tio, por se considerar de uma mesma família, ama os sobrinhos, embora estes não tenham sido gerados por ele. E quanto ao papa e aos cardeais, quem não vê quanto amam os sobrinhos e consangüíneos, que eles não geraram? Amamos os amigos e os filhos dos amigos, do mesmo modo que os velhos, nos mosteiros, amam os noviços, sobretudo os virtuosos, desprezando os inimigos da caridade.

A fisionomia engana, pois nem sempre os filhos se parecem com o pai, mas muitas vezes com os estranhos. De pouco obstáculo seria, aliás, essa pequena propensão em nossa república, onde tudo é ordenado segundo a lei da natureza e do mérito. Jacó também amou mais José, assim como outros amaram mais a outros. Isso não prejudicaria a comunidade nem a caridade. Os filhos, na comunidade, não conjurarão entre si, pois vivem todos sob a mesma disciplina. As santas mulheres dos

patriarcas, como Raquel e Lia, consideravam também seus os filhos das criadas. Aristóteles, porém, não conhece tal caridade.

Segunda objeção. Nega-se a conseqüência, quando o todo é governado segundo as regras e a ciência dos médicos, das matronas e da astrologia. Pela posição do céu, segundo São Tomaz (Polit. 5, lect. 13), conhecem-se as inclinações morais que ela origina. Os nossos solares considerariam ilícita a união por mero prazer e por sanidade, casos nos quais providenciaram de outra forma. Quanto às rixas, veja-se o texto.

Terceira objeção. Como todos são membros de um mesmo corpo, consideram-se os jovens menores como filhos, sabendo todos perpetuar-se melhor na comunidade que nos filhos próprios. Além disso, como todos ensinam, viver a fama que nos é proporcionada pelas boas obras é preferível a viver a que temos nos filhos. Com efeito, os filósofos conquistam filhos com o sêmen de sua doutrina e não com o sêmen carnal. E nem os piolhos, por nascerem em nós, são nossos filhos. Nem os verdadeiros filhos de Abraão são, agora, os judeus, mas os cristãos. Buscamos a eternidade em Deus e na república uma vida feliz, como ensina Ambrósio. Nem os animais conhecem os filhos depois de crescidos, o que não

se dá diretamente, mas só indiretamente, por natureza.

Quarta objeção. Digamos, com Caetano e São Tomaz, que só é incesto contra a natureza o que é cometido pela mãe, e nós o evitamos na república; com as irmãs, é apenas legal, e, onde não há essa lei, não há incesto nem adultério algum. Porque o adultério ou é natural ou é legal: o natural, como ensina Santo Ambrósio no 5 Hex., cap. 3, se observa entre animais de espécie diferente, o burro e a égua por exemplo; o legal se verifica quando alguém se serve da mulher de outrem, coisa que a lei proíbe, exceto em nossa república, onde essa lei não existe: há geradores públicos, mais úteis para essa função, não havendo, portanto, adultério, nem prole adulterina, nem união ilegal. Assim, entre os monges, não pratica um furto quem come pão, porque todas as coisas são comuns. O adultério não consiste na sensualidade; seria, porém, adúltero o marido que se servisse de mulher alheia somente por prazer. No entanto, agora, a lei a torna sua e só prejudicaria a república quem dela se servisse contra a regra, do mesmo modo que rouba os bens do mosteiro o monge que usurpa as coisas comuns sem permissão. Mas, dir-se-á, São Tomaz ensina também que todos os preceitos do Decálogo são preceitos naturais. Responde-se, instituída a divisão: é que o fruto não existe sem estar estabelecida a divisão dos

bens. Outros doutores, não todos, sustentam que aqueles preceitos são de direito natural. Na nossa república, porém, não há divisão de propriedade, mas somente de uso, com o fim de manter o engenho e a força dos cidadãos. Não se reconhece, pois, que a fornicação seja pecado só pela natureza das coisas, e nem na República do Sol há fornicação, uma vez que há a comunidade. Quanto às demais torpezas, o ciúme e os conflitos, não podem verificar-se onde se regulam as coisas segundo uma lei e uma disciplina agradável a todos. E nada do que é próprio dos animais e de certos hereges existe aqui. Veja-se o texto.

Quinta objeção. Se fosse de direito natural ter uma só mulher, o próprio Deus não nos poderia concedê-la, segundo São Tomaz. Mas, Jacó toma duas irmãs, Davi cinco mulheres, Salomão (159) setecentas, e quase todos os patriarcas tiveram mais mulheres. E não se veja nisso nenhuma licença, embora assim se costume julgar, pois claro que a pluralidade das mulheres não é contra a natureza. Todos os animais, exceto talvez a rola e o pombo, que se une somente à irmã, conjugam-se com mais fêmeas. E, nessa república, que se governa com as leis naturais, e não com as reveladas, isso não podia ser conhecido. Ao contrário, a natureza ensina que quem não gera com uma deve unir-se a outra: foi o que Sara pediu a Abraão, desde que não

houvesse revelação contrária, sendo que Lia e Raquel deram ao marido as próprias criadas. E como poderão os solares saber se isso é contra a natureza, quando nem os homens nem os animais podem descobri-lo? Além disso, os nossos cidadãos não possuem nem uma nem muitas, mas cada qual, na época prescrita para a geração, se aproxima daquela que a lei lhe destina para o bem da república. E não geram para si, mas para a república: nem mesmo nós, pois o pai, entre nós, não tem sobre o filho tanto poder quanto a república, de vez que a parte é pelo todo e não o todo pela parte. Se, portanto, o todo cuida da totalidade na república solar, sem confiá-la aos particulares, isso dá bons resultados. O marido que se une à mulher por lascívia, quando lhe apraz, produz uma prole imbecil e degenerada. Preocupamo-nos em possuir uma ótima geração nos nossos cavalos, não para a nossa espécie. O próprio Aristóteles considera contra a natureza o cruzamento que se verifica quando alguém, de ânimo servil, procura ligar-se a mulheres generosas, e de fato a estas se une como bem lhe parece. E São Crisóstomo, no livro do sacerdócio, reprova, de modo figurado, o bispo ignorante que se une à Igreja generosa.

Disse o Senhor: Erunt duo in carne una. É uma verdade e é o que se observa em nossa república, pois Deus não ensinou, com isso, que ninguém não devesse unir-se senão a uma. Do

contrário, nem Jacó teria tomado simultaneamente duas mulheres, nem, morta uma, lhe seria lícito tomar outra. Assim, pois, quando de dois se faz uma carne, é para que da mistura dos semens nasça uma prole. E Santo Ambrósio diz, com São Paulo, que não teria conhecido esse pecado se a lei não o ordenasse.

Sexta objeção. A heresia dos nicolaitas consistia em que admitiam ser lícito a cada um unir-se a cada uma como bem lhe parecesse, o que é contrário ao direito natural e impede a geração, como já se disse. Na república solar, porém, a união obedece às regras da filosofia e da astrologia, de forma tão ordenada que a geração resulte melhor e mais numerosa. É, pois, uma união conforme à natureza, só se tornando heresia depois de condenada pela Igreja. Hortênsio, ou Catão, homem sapientíssimo e doutíssimo, emprestou a própria mulher a Bruto para ter prole dela, como se aquele rígido estóico, assim procedendo, quisesse ensinar que isso estava de acordo com a ordem natural. Como é, então, que os habitantes solares, orientados apenas pelas luzes naturais, podem saber que, a não ser a nossa forma de matrimônio, todas as outras constituem pecado, quando os próprios hebreus e os romanos admitiram o divórcio, os filósofos reconheceram a permuta, e Sócrates e Platão assim nos ensinaram? Aristóteles não os censura por se afastarem do direito natural, mas

porque isso não lhe parece útil; ao contrário, ele informa que algumas nações viveram dessa maneira. Concedo, pois, que se trate, agora, de uma heresia na Igreja cristã, mas sustento que não basta a guia da natureza para se reconhecer nisso um mal, quando não se procede de modo bestial ou como os nicolaitas. Afirma São Tomaz que o matrimônio é contra a natureza quando não favorece a prole e a sociedade. Ora, em nossa república, ao contrário, a união é sumamente favorável a ambas.

Os argumentos aduzidos por Aristóteles contra a comunidade, segundo os quais esta é supérflua, como se alguém pretendesse mostrar-se por um só pó, ou tirar harmonia de uma só corda, são argumentos pueris e contrários à caridade e à república dos monges e dos apóstolos, que, nesse caso, deviam ser condenados, pois tinham um só coração e uma só alma, e não diziam que qualquer coisa fosse própria, mas que possuíam todas as coisas em comum.

Por conseguinte, essa unidade não destrói a pluralidade, mas a fortifica pela união, não já de um só homem, mas de todos os estados e condições. É o que não obtém Aristóteles em sua república. Não é de uma só corda, mas de várias, que eles tiram a harmonia. Aristóteles não estabelece senão a discórdia, quando compõe a



sua república de dois contrários. Nós, ao contrário, temos a união como um carne, uma vez que todas as coisas concordam entre se, ao passo que Aristóteles não faz senão compor o seu carne de dois pés contrários e discordes, como se mostrou no exame da sua república. A nossa é, pois, totalmente apostólica, quando estabelece a comunidade, não por prazer, mas por obséquio, como se vê em nosso diálogo.

## NOTAS

( 1 ) – “A Filosofia Demonstrada pelos Sentidos”.

( 2 ) – “Pródromo da Filosofia em Instauração”.

( 3 ) – “Os Dogmas da Filosofia. Universal”.

( 4 ) – “As Quatro Partes da Filosofia Real”.

( 5 ) – Thomas More (1478-1535). Nascido em Londres. Grande chanceler da Inglaterra sob o reinado de Henrique VIII. Autor da Utopia romance político e social. Morreu decapitado por não ter continuado fiel ao catolicismo e não ter querido reconhecer o poder espiritual do rei. Beatificado em 1886.

( 6 ) – Platão (429.348 a. C.). Célebre filósofo grego, nascido em Atenas. Discípulo de Sócrates, fundou a escola acadêmica. Expôs suas doutrinas nos Diálogos, que trazem os nomes dos mais ilustres interlocutores: Pedro, Protágoras, Timeu, etc. Escreveu várias obras sobre questões políticas e sociais, destacando-se a República.

( 7 ) – Ordem religiosa baseada no serviço hospitalar.

- ( 8 ) – Ilha do mar das Índias, hoje Ceilão.
- ( 9 ) – Célebre geômetra, morto na tomada de Siracusa pelos romanos.
- (10) – Famoso matemático de Alexandria.
- (11) – Fantástica ave da Arábia, da qual, segundo a lenda, só existia um exemplar. Tinha o pescoço dourado, o corpo vermelho e a cauda azul e rósea. Ao atingir 500 anos, impregnava a mata de aromas, deixava-se queimar pelo sol e ressurgia.
- (12) – Profeta, general e legislador dos hebreus. Autor dos cinco primeiros livros (Pentateuco) da Bíblia: Gênese, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio.
- (13) – Divindade egípcia.
- (14) – Pai dos deuses, senhor do Olimpo.
- (15) – Deus dos viajantes, dos ladrões e dos mercadores.
- (16) – Legislador espartano.
- (17) – Segundo dos sete reis de Roma: Rômulo, Numa Pompílio, Tulo Hostílio, Anco Márcio, Tarquinio Prisco, Sêrvio Túlio e Lúcio Tarquinio (o Soberbo).
- (18) – Filósofo grego, nascido em Samos, no ano 580 a. C. Admitia a imortalidade e a

responsabilidade da alma, o número como fundamento das coisas, a Terra no centro do universo, etc. Morreu em Metaponto, mais ou menos no ano 500 a. C.

(19) – Escritor e legislador ateniense do VI século.

(20) – Legislador de Túrio.

(21) – Filho de Ínaco, rei de Argos.

(22) – Maomé (570-632). Profeta árabe, fundador do islamismo (doutrina da “salvação”). Autor do Corão, cujo dogma é a crença num deus único, do qual Maomé é o profeta. Toda a moral maometana procura basear-se nas leis naturais.

(23) – César, Caio Júlio (100.44 a. C.). Grande escritor, general e ditador romano. Autor dos Comentários sobre a Guerra Gálica. Morreu assassinado no Senado.

(24) – Alexandre Magno, filho de Felipe e rei da Macedônia.

(25) – Rei do Epiro (hoje, Albânia), célebre por suas guerras contra os romanos.

(26) – Famoso general cartaginês.

(27) – Célebre filósofo, discípulo de Platão e mestre de Alexandre da Macedônia.

(28) – Santo Agostinho, (356-430). Grande padre da Igreja romana. Autor de numerosas obras: As Confissões, A Cidade de Deus, etc.

(29) – O primeiro dos doze signos do Zodíaco: Áries (Carneiro), Taurus. (Touro), Gemini (Gêmeos), Câncer (Caranguejo), Leo (Leão), Virgo (Virgem), Libra (Balança), Scorpio (Escorpião), Sagittarius (Sagitário), Capricornius (Capricórnio), Aquarius (Aquário) e Pisces (Peixes).

(30) – Manfredo (1232-1266). Filho de Frederico II. Rei de Nápoles e da Sicília. Combatendo contra Carlos d 'Anjou, morreu na batalha de Benevento.

(31) – São Tomas de Aquino (1225-1274). Doutor da Igreja, fundador do tomismo. Autor da Summa Theologica, enciclopédia filosófica na qual sustenta o primado da inteligência sobre a vontade, em oposição a Duns Scot

(32) – Bispo e mártir, da Igreja.

(33) – Sócrates (469-339 a.C.). Fundador da filosofia. Não deixou obras, encontrando-se sua doutrina nas obras dos discípulos, sobretudo Platão.

(34) – Escritor eclesiástico, natural de Cartago.

(35) – Catão, M. Pórcio (239-149 a.C.). Político e escritor romano.

(36) – Sectários do heresiarca Nicolau.

(37) – Filósofo do Lácio.

(38) – Povo constituído exclusivamente de mulheres da Capadócia e da Cítia. Participavam da guerra e, para o porte das armas, cortavam o seio direito. Segundo Amiano Marcelino, foram as amazonas as primeiras a utilizar os cavalos nas campanhas guerreiras.

(39) – Sectários do bramanismo, religião da Índia, baseada na divisão em castas e na transmigração da alma. Brama, Visnu e Siva constituem a trindade divina.

(40) – Seguidores da escola de Pitágoras, segundo a qual o número é o princípio essencial de todas as coisas.

(41) – Capitão dos hebreus, sucessor de Moisés.

(42) – Rei dos hebreus.

(43) – Judeus descendentes de Macabeu, martirizados ao tempo de Antíoco Epífano.

(44) – Sobrenome de um ramo da família Cornélia, cujos membros mais famosos foram Públio Cornélio Cipião (o Africano) e Cipião Emiliano, vencedores dos cartagineses.

(45) – Pagãos.

(46) – Deus dos exércitos.

(47) – Rei da Tessália, filho de Peleu e da deusa Tetis. Conta a lenda que sua mãe, para torná-lo invulnerável, mergulhou-o no rio Styx, segurando-o pelo calcanhar, que ficou sendo, assim, o único ponto vulnerável de Aquiles. Com efeito, foi morto por Paris, que lhe lançou uma seta no calcanhar, vindo daí a expressão calcanhar de Aquiles.

(48) – Rei da Ligúria, que chorou tanto a desgraça do seu amigo Paetonte, morto por Júpiter, que se transformou num cisne.

(49) – Ramo da raça mongólica.

(50) – Poema relativo à agricultura.

(51) – Quarto planeta do sistema solar e o mais próximo da Terra.

(52) – O mais brilhante dos planetas, situado entre Saturno e Marte.

(53) – Constelação boreal.

(54) – Poema pastoril.

(55) – Herói, filho de Júpiter e de Alemena, celebrado por sua força e por seus doze extraordinários trabalhos.

(56) – Duns Scot (1274-1308). Teólogo inglês, cognominado o Doutor Sutil Adversário de São Tomas de Aquino. Foi um dos mais brilhantes intérpretes da filosofia escolástica. Defensor do “realismo”.

(57) – Poeta elegíaco, de Cirena, morador de Alexandria ao tempo de Tolomeu Piladelfo.

(58) – Lei mosaica cujo princípio é: olho por olho, dente por dente.

(59) – Supremo sacerdote dos hebreus, irmão de Moisés.

(60) – Cláudio Tolomeu, astrônomo grego. Viveu mais ou menos no ano 160 a. C., em Alexandria. O seu sistema, segundo o qual a Terra era fixa, foi seguido até Copérnico

(61) – Astrônomo polaco (1473-1543). Autor do livro sobre a rotação dos astros em torno do Sol.

(62) – Aristarco de Samos, astrônomo do III século a.C. Foi o primeiro a afirmar que a Terra gira em torno do seu eixo e em torno do Sol. Por essa opinião foi acusado de perturbar o sono dos deuses.

(63) – Filósofo pitagórico do V século a. C., nascido em Crotona. Discípulo de Arquita.

(64) – Culto de latria, adoração.



(65) – Nome do primeiro homem, pai da espécie humana.

(66) – Deus da agricultura, pai de Júpiter.

(67) – Descobridor da América (1492), nascido em Gênova. Divergem os autores sobre a data do seu nascimento, de 1436 a 1456. Morreu no dia 20 do maio de 1506, em Valladolid.

(68) – Constelação situada. no círculo polar ártico, entre as do Cefeu e de Andrômena.

(69) – Primeiro rei dos medos.

(70) – Agátocles (361-289 a. C.). Rei de Siracusa, inimigo feroz dos cartagineses. Morreu envenenado.

(71) – Filho de Tibério. Morreu envenenado pela mulher, no ano 23 d. C.

(72) – Rei da Macedônia (413-400 a. C.).

(73) – Tycho Brahe, astrônomo dinamarquês (1546.1601). Criador de um sistema astronômico diferente dos de Tolomeu e de Copérnico. Cometeu o erro de tomar a sério as quimeras astrológicas. Foi mestre de Kepler, a quem suas observações permitiram a formulação das famosas leis que lhe imortalizaram o nome.

(74) – Bispo e santo da Igreja.

(75) – Escritor eclesiástico do II e III séculos, nascido na Grécia. Suas doutrinas foram condenadas como heréticas pelo concílio de Constantinopla.

(76) – Primeiro verso do Orlando Furioso, poema de Ludovico Ariosto (1474-1532). Tradução: “As mulheres, os cavaleiros, as armas, os amores.”

(77) – Nome antigo da Hungria.

(78) – Muçulmanos descendentes de Maomé.

(79) – Adeptos do sofismo (doutrina dos místicos do Islam).

(80) – John Wiclef, morto em 1384. Reformador religioso inglês.

(81) – João Huss (1369-1415). Precursor da Reforma. Por ter adotado as doutrinas de Wiclef, foi excomungado por Alexandre V e depois queimado vivo por decisão do concílio de Constança.

(82) – Lutero, Martinho (1483-1546). Nascido em Eisleben. Iniciou sua reforma em 1517, em Wittenberg, tendo conseguido separar grande parte da Alemanha da Igreja católica.

(83) – Ordem de frades franciscanos, instituída por S. Francisco de Paula, em 1435.

(84) – Frades da ordem de São Francisco, segundo a regra restabelecida em 1528.

(85) – Ordem de frades, instituída em 1534 por Santo Inácio de Loyola, com o fim de sustentar a autoridade da Igreja católica contra os protestantes.

(86) – Fernando Cortez, grande navegante espanhol, nascido em 1485.

(87) – Luciano, retórico samosatense, autor do Diálogo dos Mortos. Tão satírico que não perdoava aos próprios deuses. Foi por isso considerado ímpio e ateu.

(88) – “Se supomos que não temos pecado, iludimo-nos a nós mesmos.”

(89) – Galileu Galilei (1564-1642). Nascido em Pisa. Astrônomo, matemático, filósofo, naturalista. Continuador de Copérnico.

(90) – Santo da Igreja. Tradutor da Bíblia.

(91) – Juliano, o Apóstata. Imperador romano que renegou a religião cristã. Morreu em combate, no ano 363 a. C.

(92) – Santo Ambrósio (340-397). Bispo de Milão, doutor da Igreja romana.

(93) – Minos, filho de Zeus. Rei de Creta, conta a lenda que suas leis eram sugeridas pelo próprio Júpiter. O labirinto de Minos era uma construção complicada, com uma corte central e muitos corredores, quartos, pórticos, escadas. A disposição dos quartos fez com que se dissesse que não era possível sair do labirinto sem guia.

(94) – Primeiro rei e fundador de Roma.

(95) – Autor do um evangelho.

(96) – Idem.

(97) – Um dos generais de Alexandre Magno.

(98) – Um dos primeiros padres da Igreja, tradutor da Bíblia.

(99) – Sectários da doutrina que concebe e representa a divindade com a forma e os atributos humanos.

(100) – Série das instituições monásticas.

(101) – Concílio de Constança, convocado em 1414. Decidiu que João Huss fosse queimado vivo por defender as doutrinas de Wiclef.

(102) – Reddite ergo quae sunt Caesaris Caesari et quae sunt Dei, Deo: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.”

(103) – Fundador do direito canônico. Procurou conciliar as leis do foro eclesiástico com as do secular. O Decreto Gratiani, ou Concordia Discordantium Canonum, foi publicado entre 1140 e 1150.

(104) – Bispo e escritor do século VI.

(105) – Santo e escritor cristão.

(106) – Capital da Síria.

(107) – “Ninguém diga que possui, pois tudo recebemos de Deus: as palavras essa e teu são imposturas.”

(108) – Título de um Diálogo no qual Platão discute a transmigração das almas.

(109) – “Se tirares os dois pronomes das nossas coisas, cessarão as guerras e reinará a paz sem conflitos.”

(110) – Públio Ovídio Nasão (43 a. C. — 17 á. C.), nascido em Sulmona. Autor das Metamorfoses, da Arte de Amar, dos Fastos, etc.

(111) – “Nosso Senhor quis que esta terra fosse propriedade comum do todos os homens; mas, a avareza dividiu os direitos de posse.”

(112) – Descendentes de Levi, aos quais foi confiado o serviço divino. Agruparam-se, ao

tempo de Davi, como cantores, diáconos, porteiros, guardas do templo, escribas.

(113) – “O direito natural é aquele que a natureza ensina a todos os animais.”

(114) – “Por iniquidade, sendo o direito das gentes contrário ao direito natural.”

(115) – Frades da ordem de São Francisco de Assis, fundada em 1215 e confirmada em 1223.

(116) – Um dos padres da igreja grega.

(117) – Cidade do Lácio.

(118) – Caio Crispo Salústio (86-35 a. C.), nascido em Amiterno. Autor das monografias sobre a conspiração de Catilina e a guerra de Jugurta.

(119) – Panormita (1394-1471). Antônio de Palermo, o Panormita. Escritor italiano.

(120) – “Serão dois num só corpo.”

(121) – “Os cônjuges, cegando a doutrina dos apóstolos, devem ser comuns.”

(122) – “Comuns quanto ao obséquio, não quanto ao tálamo.”

(123) – Cláudio Galeno (130-200). Célebre médico de Pérgamo, na Ásia. Em Roma, foi médico da corte imperial. Escreveu a Arte Médica.

(124) – Hereges que, na primeira idade do cristianismo, se atribuíam o conhecimento das coisas divinas, tendendo a um panteísmo platônico.

(125) – Filósofo e poeta trágico, mestre de Nero. Condenado à morte por ter participado de uma conspiração, preferiu cortar as veias no banho.

(126) – Patriarca dos hebreus. Em hebraico, esse nome significa pai de prole numerosa.

(127) – Terceiro patriarca dos hebreus, filho de Isaac.

(128) – “Abolir a propriedade é aumentar a caridade”.

(129) – O mais ilustre dos apóstolos escolhidos por Cristo para pregar o Evangelho.

(130) – “A caridade não cogita do que é seu”.

**©2001 Ridendo Castigat Mores**

**Ridendo Castigat Mores  
www.jahr.org**

**Versão para eBook  
eBooksBrasil.com**

---

Abril 2001

Proibido todo e qualquer uso comercial.

Se você pagou por esse livro

**VOCÊ FOI ROUBADO!**

Você tem este e muitos outros títulos GRÁTIS  
direto na fonte:

[www.ebooksbrasil.com](http://www.ebooksbrasil.com)